



Sobreaquecido e mal preparado: Experiências dos europeus de viver com as alterações climáticas

Relatório da AEA

**Agência Europeia do
Ambiente**



Kongens Nytorv 6
1050 Copenhagen K
Dinamarca
Tel.: +45 33 36 71 00
Web: eea.europa.eu
Pedidos de informação: [eea.europa.eu/pedidos
de informação](http://eea.europa.eu/pedidos-de-informacao)



Eurofound
Eurofound
Wyattville Road, Loughlinstown, Co. Dublin
D18 KP65
Irlanda
Tel.: +353 1 2043100
Web: www.eurofound.europa.eu
Pedidos de informação: [i_
nformation@eurofound.europa.eu](mailto:information@eurofound.europa.eu)

Advertência jurídica

O conteúdo da presente publicação não reflete necessariamente as opiniões oficiais da Comissão Europeia ou de outras instituições da União Europeia. Nem a Agência Europeia do Ambiente nem qualquer pessoa ou empresa que atue em seu nome são responsáveis pela utilização que possa ser feita das informações contidas no presente relatório.

Comunicação sobre o Brexit

Os produtos, sítios Web e serviços do EEE podem referir-se a investigações realizadas antes da saída do Reino Unido da UE. A investigação e os dados relativos ao Reino Unido serão geralmente explicados utilizando terminologia como: 'UE-27 e Reino Unido' ou 'EEE-32 e Reino Unido'. As exceções a esta abordagem serão clarificadas no contexto da sua utilização.

Política de publicação

Para proteger o ambiente, a Agência Europeia do Ambiente apoia apenas publicações digitais. Não imprimimos nossas publicações.

Declaração de direitos de autor

© Agência Europeia do Ambiente, 2026; © Eurofound, 2026

A presente publicação é publicada ao abrigo de uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0) (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>). Isto significa que pode ser reutilizado sem autorização prévia, a título gratuito, para fins comerciais ou não comerciais, desde que o EEE seja reconhecido como a fonte original do material e que o significado original ou a mensagem do conteúdo não seja distorcido. Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da Agência Europeia do Ambiente, poderá ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares de direitos.

Para mais informações sobre a União Europeia, consultar https://european-union.europa.eu/index_en.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2026

ISBN 978-92-9480-755-7

ISSN 1977-8449

doi: 10.2800/6087030

Conceção da capa: EEE

Fotografia da capa: © Adaptado do Adobe Stock

Esquema: Eworx/EEE

Conteúdo

Agradecimentos.....	4
Mensagens-chave.....	5
Síntese.....	6
1 Introdução.....	8
2 Impactos relacionados com o clima percebidos pelos inquiridos.....	10
3 Preocupação com os impactos climáticos futuros.....	13
4 Medidas de resiliência climática comunicadas pelos inquiridos.....	14
4.1 Resiliência a nível das famílias.....	16
4.2 Ações de resiliência percebidas nos domínios dos inquiridos.....	19
4.3 Diferenças entre os inquiridos urbanos e rurais.....	22
5 Diferenças entre os grupos de inquiridos.....	24
5.1 Meios financeiros das famílias.....	24
5.2 Idade.....	27
5.3 Género.....	30
5.4 Propriedade da habitação.....	31
5.5 Estado de saúde autorreferido.....	33
6 Conclusões e oportunidades de ação.....	38
6.1 Necessidade de uma ampla aplicação das soluções de adaptação.....	38
6.2 Combater o calor como o risco mais generalizado para a saúde e o bem-estar.....	39
6.3 Incentivar a resiliência a nível das famílias.....	39
6.4 Proteção dos grupos vulneráveis.....	39
Abreviaturas.....	41
Referências.....	42
Anexo 1 – Inquérito eletrónico «Viver e trabalhar na UE 2025» – questões analisadas no relatório.....	46



Documento preparado por Pierre Dieumegard para [Eŭropo-Demokratio-Esperanto](#)

O objectivo deste documento "provisório" é permitir que mais pessoas na União Europeia tomem conhecimento de documentos produzidos pela União Europeia (e financiados pelos seus impostos).

Se não houver traduções, os cidadãos são excluídos do debate.

Este documento [só existia em inglês](#), num ficheiro pdf. A partir do ficheiro inicial, criámos um odt-file, preparado pelo software Libre Office, para tradução automática para outras línguas. Os resultados estão agora disponíveis [em todas as línguas oficiais](#).

É desejável que a administração da UE assuma a tradução de documentos importantes. Os «documentos importantes» não são apenas leis e regulamentos, mas também as informações importantes necessárias para tomar decisões informadas em conjunto.

A fim de discutir o nosso futuro comum em conjunto, e para permitir traduções confiáveis, a língua internacional Esperanto seria muito útil devido à sua simplicidade, regularidade e precisão.

Contacte-nos :

[Kontakto \(europokune.eu\)](mailto:kontakto@europokune.eu)

<https://e-d-e.org/-Kontakti-EDE>

Agradecimentos

A Agência Europeia do Ambiente (AEA) e a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) gostariam de agradecer aos parceiros da AEA da Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (países membros da AEA), da Direção-Geral da Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias da Comissão Europeia, do Gabinete Regional da Organização Mundial de Saúde para a Europa, da Organização Internacional para as Migrações e do Agregado Europeu Clima-Saúde pelos seus valiosos contributos e contributos.

Mensagens-chave

- O presente relatório baseia-se num inquérito em linha a mais de 27 000 inquiridos em 27 países europeus e apresenta as experiências dos inquiridos sobre os impactos climáticos, as suas preocupações com os impactos futuros e as medidas de resiliência que tomaram em casa e observaram nos seus bairros.
- Mais de 80 % dos inquiridos declararam ter sido afetados por, pelo menos, um problema relacionado com o clima (calor, inundações, incêndios florestais, escassez de água, vento, picadas de mosquito/tick) nos últimos 5 anos. O calor foi o problema mais frequentemente relatado: quase metade dos inquiridos sentiram-se demasiado quentes em casa, no trabalho ou no local de ensino, enquanto mais de 60 % declararam sentir-se demasiado quentes fora do seu bairro.
- Mais de 52% dos inquiridos mostraram-se muito ou bastante preocupados com as temperaturas extremamente elevadas no futuro e 48% sentiram-se muito ou bastante preocupados com os incêndios florestais. As mulheres, os inquiridos mais jovens (16-29 anos) e os inquiridos do sul e do centro-leste da Europa são os grupos mais preocupados com os impactos climáticos futuros.
- Um em cada cinco inquiridos não tinha nenhuma das medidas domésticas enumeradas no inquérito concebidas para proteger contra condições meteorológicas extremas (por exemplo, sombreamento, ar condicionado ou ventilação, proteção contra inundações, recolha de águas pluviais, seguro contra condições meteorológicas extremas, sistema de energia de reserva e kit de emergência).
- Existem fortes diferenças regionais nos impactos climáticos sentidos pelos inquiridos e nas medidas de resiliência comunicadas. Os impactos climáticos foram mais sentidos pelos inquiridos no sul e no centro-leste da Europa. A nível regional, o grupo com a percentagem mais baixa de inquiridos que comunicaram tanto os impactos climáticos como a presença das medidas lideradas pelas autoridades enumeradas no inquérito era do norte da Europa.
- Mais de 38 % de todos os inquiridos declararam que não podiam manter a sua casa suficientemente fresca no verão; a percentagem aumenta para 66 % entre os inquiridos que se depararam com dificuldades financeiras.
- Uma percentagem mais elevada de inquiridos menos abastados, inquilinos ou pessoas com problemas de saúde comunicaram ter sofrido impactos climáticos em comparação com todos os outros inquiridos. Ao mesmo tempo, menos inquiridos destes grupos comunicaram a adoção de medidas de resiliência climática a nível dos agregados familiares ou a aplicação de medidas lideradas pelas autoridades na sua vizinhança.
- Garantir o bem-estar e a prosperidade da sociedade europeia num clima em rápida mutação exige uma ampla aplicação de medidas de prevenção e preparação para os impactos climáticos, a acessibilidade dos preços das medidas de resiliência a nível dos agregados familiares e a distribuição equitativa das ações de adaptação lideradas pelas autoridades.

Síntese

As alterações climáticas em curso como uma ameaça para a prosperidade e o bem-estar na Europa

As alterações climáticas representam uma ameaça crescente para a saúde, o bem-estar e a prosperidade da sociedade europeia. Os fenómenos extremos relacionados com o clima — como vagas de calor, incêndios florestais, inundações ou secas — estão a tornar-se mais frequentes e mais intensos à medida que o aquecimento global progride.

Os quadros de ação europeus e nacionais sublinham a necessidade urgente de adaptação às alterações climáticas e de uma gestão eficaz dos riscos relacionados com o clima para a sua população e economia. No entanto, não se avaliou muito em que medida as ações destinadas a melhorar a resiliência da UE às alterações climáticas foram executadas, especialmente no que diz respeito aos agregados familiares individuais.

O presente relatório foi elaborado conjuntamente pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) e pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) e baseia-se nas conclusões de um inquérito em linha. Explora as experiências de impactos relacionados com o clima, as medidas de resiliência tomadas a nível interno, a perceção das ações locais executadas e as preocupações sobre os impactos futuros entre uma amostra de europeus.

Experiências generalizadas de impactos relacionados com o clima e grandes preocupações com o futuro

Quatro em cada cinco inquiridos referiram ter tido pelo menos uma das seguintes questões relacionadas com o clima nos últimos cinco anos (2020-2025): calor desconfortável, inundações, incêndios florestais, escassez de água, danos causados pelo vento ou picadas de insetos mais frequentes. Muitos inquiridos manifestaram igualmente preocupação com os futuros impactos climáticos, sendo o calor e os incêndios florestais motivo de grande preocupação para cerca de metade deles. O facto de uma elevada percentagem de inquiridos ter comunicado ter sofrido impactos no passado e preocupações no futuro aponta para a necessidade de fazer mais para se adaptar às alterações climáticas.

Indicações de falta de preparação a nível dos agregados familiares na Europa

O inquérito explorou medidas de resiliência às alterações climáticas nas habitações dos inquiridos. Nenhuma das medidas de proteção contra os impactos climáticos enumeradas no inquérito foi comunicada como tendo sido posta em prática por mais de metade dos inquiridos. Pouco mais de 22 % dos inquiridos não tinham nenhuma das medidas enumeradas em casa. As medidas contra o calor — o problema mais frequentemente comunicado — incluem sombreamento (comunicado por 49 % dos inquiridos), isolamento de telhados/paredes (48 %) e ar condicionado ou ventilação (32 %).

Mais de 40% dos inquiridos referiram ter um seguro de habitação que cobre fenómenos meteorológicos extremos. Uma percentagem muito inferior dos inquiridos preparou kits de emergência (14%) ou acesso seguro a uma fonte de alimentação de reserva (8%). Para que a sociedade europeia se adapte suficientemente, os agregados familiares têm de se tornar mais resilientes através de uma maior sensibilização para as medidas domésticas, do acesso às mesmas e de uma maior acessibilidade dos preços.

Caráter não infraestrutural das ações locais de adaptação

As medidas locais mais frequentemente comunicadas e identificadas pelos inquiridos foram avisos ou alertas relativos a condições meteorológicas extremas (com uma experiência de 57 %), campanhas de sensibilização sobre os riscos e as medidas a tomar em caso de condições meteorológicas extremas (43 %) e restrições ao consumo de água durante períodos secos (42 %). Globalmente, 36 % dos inquiridos referiram

ter notado a plantação de árvores ou melhorias no acesso a espaços verdes na sua área.

As medidas locais de prevenção de inundações e a disponibilização de centros de arrefecimento não foram comunicadas como habitualmente observado. Esta panorâmica das medidas de adaptação lideradas pelas autoridades, com base nas percepções dos inquiridos, sugere a necessidade de medidas de adaptação às alterações climáticas mais baseadas em infraestruturas para acompanhar as medidas orientadas para o comportamento.

Impactos desiguais e resiliência desigual

Alguns dos impactos climáticos comunicados pelos inquiridos afetaram determinados grupos de forma desproporcionada. Por exemplo, quatro vezes mais inquiridos de agregados familiares com os meios financeiros mais baixos tiveram problemas com o acesso a água segura e limpa (15 %, em comparação com 4 %). Do mesmo modo, o dobro tinha sido afetado por incêndios florestais e fumo associado em comparação com os inquiridos dos agregados familiares com os meios financeiros mais elevados (11 % em comparação com 5 %). Dois terços das pessoas com dificuldades em fazer face às despesas foram incapazes de manter a sua casa adequadamente fresca no verão, em comparação com pouco mais de 9% das pessoas que fazem face às despesas de forma muito fácil ou fácil.

Os inquiridos mais jovens e as mulheres emergiram como os grupos mais preocupados com os impactos climáticos futuros. Enquanto isso, os inquilinos, em comparação com os proprietários, eram menos propensos a ter medidas de resiliência em vigor em casa. Por último, em todos os impactos, os inquiridos com problemas de saúde autoavaliados declararam ser mais afetados pelos impactos climáticos e, ao mesmo tempo, menos suscetíveis de dispor de medidas de resiliência em casa do que os inquiridos com problemas de saúde autoavaliados.

A fim de assegurar a justiça social na resiliência às alterações climáticas, é essencial conceber estratégias de adaptação que protejam todas as pessoas, especialmente os grupos mais vulneráveis.

Sobre o inquérito

O relatório baseia-se nos dados recolhidos através do [inquérito eletrónico anual da Eurofound «Viver e trabalhar na UE»](#). Em 2025, o inquérito incluiu um conjunto de perguntas sobre os impactos climáticos sentidos no passado, as preocupações com o futuro e as ações de resiliência. A análise das respostas a estas perguntas no presente relatório faz parte das atividades do [Observatório Europeu do Clima e da Saúde](#) para apoiar as políticas europeias de adaptação às alterações climáticas, com destaque para a saúde e o bem-estar.

O inquérito em linha foi respondido por 27 000 pessoas de 27 países europeus. No entanto, a amostra não é totalmente representativa da população europeia (ver caixa 1.1). Para resolver esta questão, foram aplicados pesos pós-estratificação para refletir a distribuição dos principais dados demográficos — como o género, a idade, a educação e o grau de urbanização — na população em geral. Não obstante, os resultados não podem ser generalizados à população europeia em geral e as conclusões dizem apenas respeito aos inquiridos.

No entanto, as conclusões fornecem informações valiosas sobre as experiências e perspetivas dos inquiridos e podem contribuir para a compreensão das preocupações relacionadas com o clima e dos comportamentos de adaptação.

1 Introdução

De acordo com a Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos (EUCRA), já existem vários riscos climáticos críticos para a saúde das pessoas, o ambiente construído, as infraestruturas e os ecossistemas na Europa. Se não forem tomadas medidas decisivas agora, a maioria dos riscos climáticos identificados poderá atingir níveis críticos ou catastróficos até ao final deste século (AEA, 2024a). A gestão dos riscos climáticos atuais e futuros é reconhecida na política da UE como essencial para manter a prosperidade da Europa e a qualidade de vida dos seus residentes (CE, 2021; CE, 2024).

Os pontos de vista dos cidadãos europeus sobre as alterações climáticas são regularmente avaliados através de inquéritos como o Eurobarómetro bienal sobre alterações climáticas (por exemplo, CE, 2025a) e o inquérito anual sobre o clima do Banco Europeu de Investimento (BEI) (por exemplo, BEI, 2024). Este relatório conjunto AEA/Eurofound fornece um ângulo adicional para este conjunto de conhecimentos, apresentando as conclusões de um inquérito em linha com mais de 27 000 participantes em 27 Estados-Membros da UE (ver caixa 1.1).

Mais especificamente, este relatório fornece informações sobre os tipos de impactos relacionados com o clima que os inquiridos experimentaram pessoalmente ou testemunharam onde vivem. Apresenta igualmente as suas preocupações em matéria de clima para o futuro. Mais importante ainda, o relatório apresenta a primeira panorâmica à escala europeia da perceção da aplicação das medidas de resiliência às alterações climáticas — tanto as comunicadas pelos inquiridos a nível dos agregados familiares como as suas observações sobre as medidas aplicadas pelas autoridades. No entanto, uma vez que se baseia em dados autodeclarados e nas impressões dos inquiridos, deve ser tratado como um teste decisivo e não como um inventário sistemático dos esforços de adaptação.

Prevê-se que esta panorâmica da perceção da resiliência coletiva da UE às alterações climáticas ajude a orientar os esforços no âmbito da evolução política recente e em curso, como a Estratégia da União Europeia de Preparação (CE, 2025b) e o futuro Quadro Europeu Integrado de Resiliência Climática e de Gestão dos Riscos. A desagregação dos resultados de acordo com a área geográfica e o grupo socioeconómico permite uma compreensão dos locais e das pessoas que estão em maior risco e exigem a ação mais urgente.

Caixa 1.1

Sobre o inquérito

Desde 2020, a Eurofound realiza anualmente um inquérito eletrónico em grande escala sobre a vida e o trabalho na UE. Inicialmente, foi concebido para avaliar o impacto da pandemia de COVID-19 nas condições de vida e de trabalho das pessoas em toda a União Europeia (UE). A partir de 2022, o âmbito temático do inquérito eletrónico foi alargado para medir as consequências a longo prazo da pandemia, da guerra na Ucrânia e do aumento do custo de vida.

A edição de 2025 do inquérito centrou-se no clima e no ambiente. Incluiu perguntas sobre as experiências das pessoas com os impactos climáticos, preocupações com os riscos futuros e medidas de resiliência tomadas pelos inquiridos ou observadas na sua área.

O inquérito eletrónico utiliza uma abordagem de amostragem não probabilística, baseada principalmente no recrutamento em linha através de anúncios direcionados nas redes sociais, complementada por uma amostragem de bolas de neve. A amostra resultante não é representativa da população em geral. Além disso, os inquiridos de anteriores rondas de inquéritos são convidados a participar em vagas subsequentes. Como tal, o painel é regularmente atualizado, mas não é representativo.

A fim de melhorar a representatividade do inquérito, foi aplicada uma ponderação pós-estratificação para alinhar a amostra com a composição demográfica da população da UE-27 e de cada Estado-Membro. Em 2025, os fatores de ponderação basearam-se no género, na idade, no nível de educação e na região.

Entre 1 de abril e 4 de junho de 2025, o inquérito eletrónico recolheu respostas de cerca de 27 000 participantes em 27 Estados-Membros da UE. Destes, 16 500 responderam ao painel e 10 500 foram recentemente recrutados através dos canais das redes sociais (incluindo anúncios no Instagram e no Facebook, bem como publicações orgânicas). Existia uma meta mínima de 500 inquiridos por país, que foi alcançada pela maioria dos Estados-Membros, com exceção de Chipre, Luxemburgo e Malta. Catorze países tinham tamanhos de amostra superiores a 1 000 inquiridos.

O inquérito recolheu informações sobre as características dos inquiridos (idade, género, posse, facilidade de fazer face às despesas, saúde autoavaliada, tipo de agregado familiar, bem como localização geográfica e grau de urbanização). Estas informações permitiram comparar as respostas entre vários grupos. O relatório fornece estatísticas descritivas. No entanto, análises de regressão também foram realizadas para testar se as diferenças eram estatisticamente significativas e válidas após o controle de outras características dos respondentes. Apenas os resultados validados desta forma são relatados nesta publicação.

A abordagem de amostragem não probabilística significa que as estatísticas descritivas não devem ser vistas como estimativas pontuais precisas para toda a população da UE, apesar da ponderação demográfica. No entanto, as relações, mecanismos e tendências identificados são estatisticamente válidos e transferíveis.

Mais informações sobre o inquérito podem ser encontradas [aqui](#).

2 Impactos relacionados com o clima percecionados pelos inquiridos

No inquérito, os inquiridos foram questionados sobre quais os impactos climáticos selecionados ⁽¹⁾ que tinham sofrido nos últimos cinco anos (ver anexo 1). As respostas captam as perceções dos participantes e podem incluir impactos com múltiplas causas, não exclusivamente atribuíveis às alterações climáticas. Com esta ressalva em mente, 80,5% dos entrevistados relataram ter sofrido pelo menos um impacto dos listados no inquérito, como mostrado na Figura 2.1. Em termos geográficos, os inquiridos do sul e centro-leste da Europa foram os grupos com a percentagem mais elevada de pessoas que comunicaram ter sofrido pelo menos um impacto climático, com 86,1 % e 85,3 %, respetivamente.

Estas conclusões são coerentes com os resultados do último inquérito do BEI, no qual 80 % dos inquiridos da UE afirmaram ter sofrido pelo menos um fenómeno meteorológico extremo nos últimos cinco anos (BEI, 2024). A elevada percentagem de inquiridos do sul da Europa afetados por vários impactos climáticos reflete igualmente as conclusões do Eurobarómetro Especial de 2025 sobre as alterações climáticas (CE, 2025a). Apoiar igualmente a ênfase da EUCRA (AEA, 2024a) na urgência crítica de fazer face aos riscos climáticos nessa região.

O calor foi o principal impacto relacionado com o clima com que os inquiridos se depararam. Nos últimos cinco anos, 49,7 % dos inquiridos sentiram-se demasiado quentes em casa, 46,8 % no local de trabalho ou de ensino e 60,7 % no exterior, na sua vizinhança. Tal indica que uma forma fundamental de reduzir os impactos do calor na saúde, no bem-estar e na produtividade das pessoas é assegurar que os edifícios da UE e o ambiente de vida e de trabalho em geral são resistentes ao calor (Martinez et al., 2025; AEA, 2022a).

No geral, 34% dos entrevistados relataram um aumento percebido nas picadas de mosquitos ou carrapatos nos últimos 5 anos. A abundância de vetores, a duração da estação mordida e a probabilidade de transmissão da doença são influenciadas pelas alterações climáticas (AEA, 2022a). A percentagem de pessoas que sofreram mais mordidas foi mais elevada no sul e no centro-leste da Europa (Figura 2.1), incluindo Chipre (60,9 %), a Grécia (59,0 %) e a Croácia (57,7 %).

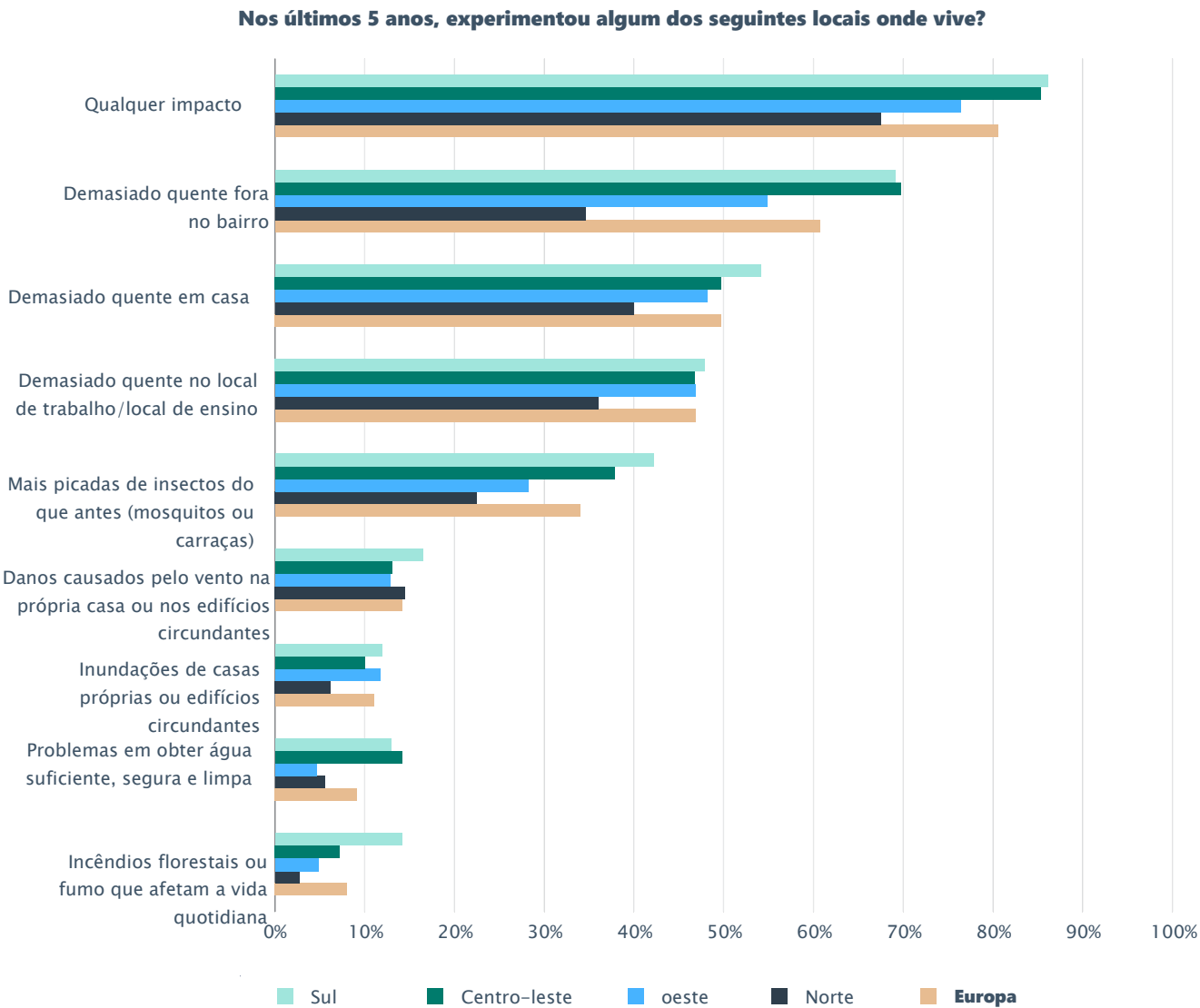
Isto é preocupante do ponto de vista da saúde pública, uma vez que estes países têm uma presença confirmada de mosquitos invasores *Aedes* (ECDC, 2025) que podem transportar dengue, zika e chikungunya. Eles também têm os mosquitos *Culex pipiens* nativos (ECDC, 2023) que são capazes de espalhar a febre do Nilo Ocidental.

Os danos causados pelo vento em casas ou edifícios próximos foram sentidos por 14,1% dos inquiridos nos últimos 5 anos. Além disso, cerca de um décimo dos inquiridos tinha sofrido todos os outros impactos climáticos (ver figura 2.1).

Verificaram-se diferenças substanciais entre os países em termos da percentagem de inquiridos que experimentaram os impactos. Por exemplo, a experiência de danos causados pelo vento nas casas ou edifícios próximos dos inquiridos foi mais generalizada na Irlanda (43,3 % dos inquiridos), mas também na Croácia (29,4 %) e na Hungria (26,6 %).

1 A lista de impactos climáticos incluída no inquérito não é exaustiva. Foi compilado pela Eurofound e pela AEA em colaboração com as organizações parceiras do Observatório Europeu do Clima e da Saúde. A lista foi orientada pelos riscos reconhecidos para a prosperidade e o bem-estar da população europeia associados às alterações climáticas (AEA, 2024a; EEE, 2025c). A seleção final dos elementos a incluir teve em conta a extensão do inquérito.

Figura 2.1 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua zona, por região europeia



Notas: Os agrupamentos geográficos utilizados neste e nos seguintes gráficos são os seguintes: Europa Central e Oriental (Bulgária, Chéquia, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia); Norte da Europa (Dinamarca, Estónia, Finlândia, Irlanda, Letónia, Lituânia e Suécia); Europa do Sul (Chipre, Croácia, Grécia, Itália, Malta, Montenegro, Portugal, Eslovénia e Espanha); Europa Ocidental (Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Listenstaine, Luxemburgo, Países Baixos e Suíça).
As conclusões do inquérito para cada país podem ser consultadas no [visualizador interativo](#).

Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

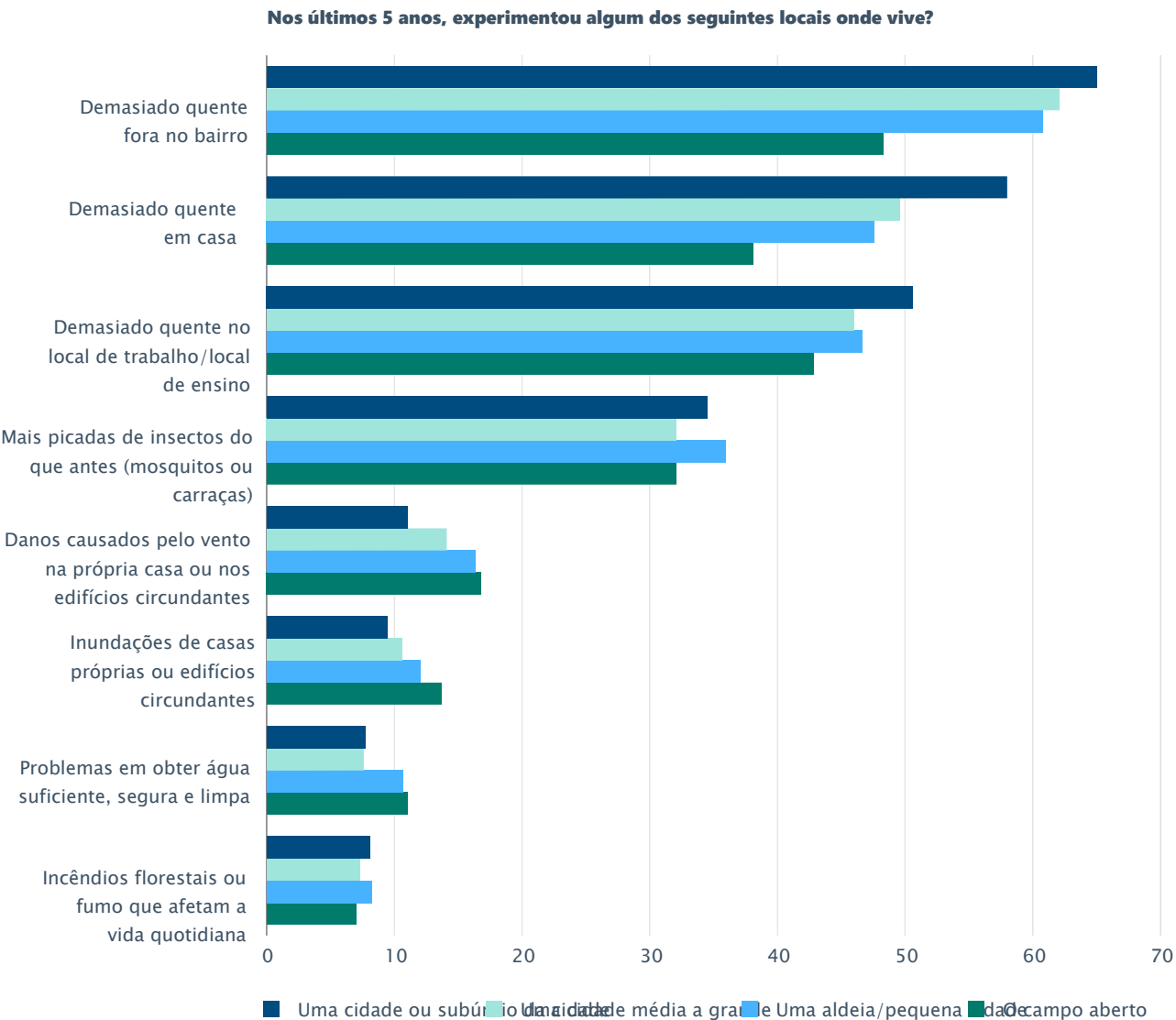
Os incêndios florestais e o seu fumo foram mais frequentes entre os inquiridos da Grécia (41,1 %), de Portugal (35,2 %) e de Chipre (20,3 %), em comparação com uma média de 8 % em toda a Europa. A percentagem de inquiridos que sofreram inundações nos últimos 5 anos refletiu o padrão de inundações em grande escala durante este período. Por exemplo, uma percentagem muito mais elevada de inquiridos na Áustria (25,9 %) e na Eslovénia (19,1 %) declarou ter sofrido inundações do que a média europeia global de 11 %.

2 Impactos relacionados com o clima percebidos pelos inquiridos

Os impactos relacionados com o clima foram sentidos de forma diferente consoante os inquiridos vivessem num ambiente urbano ou rural. A percentagem de inquiridos com calor, tanto no interior como no exterior, aumentou com o crescente grau de urbanização (Figura 2.2).

Em contrapartida, as zonas mais urbanizadas registaram percentagens mais baixas de inquiridos que declararam ter sido afetados pelo vento, pelas inundações ou por problemas de acesso à água. Tal pode refletir o nível mais elevado de proteção contra inundações nas cidades em comparação com as zonas menos densamente povoadas ou pode indicar um bom acesso a infraestruturas, como o abastecimento público de água, nas cidades.

Figura 2.2 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua zona, por nível de urbanização comunicado pelo próprio.



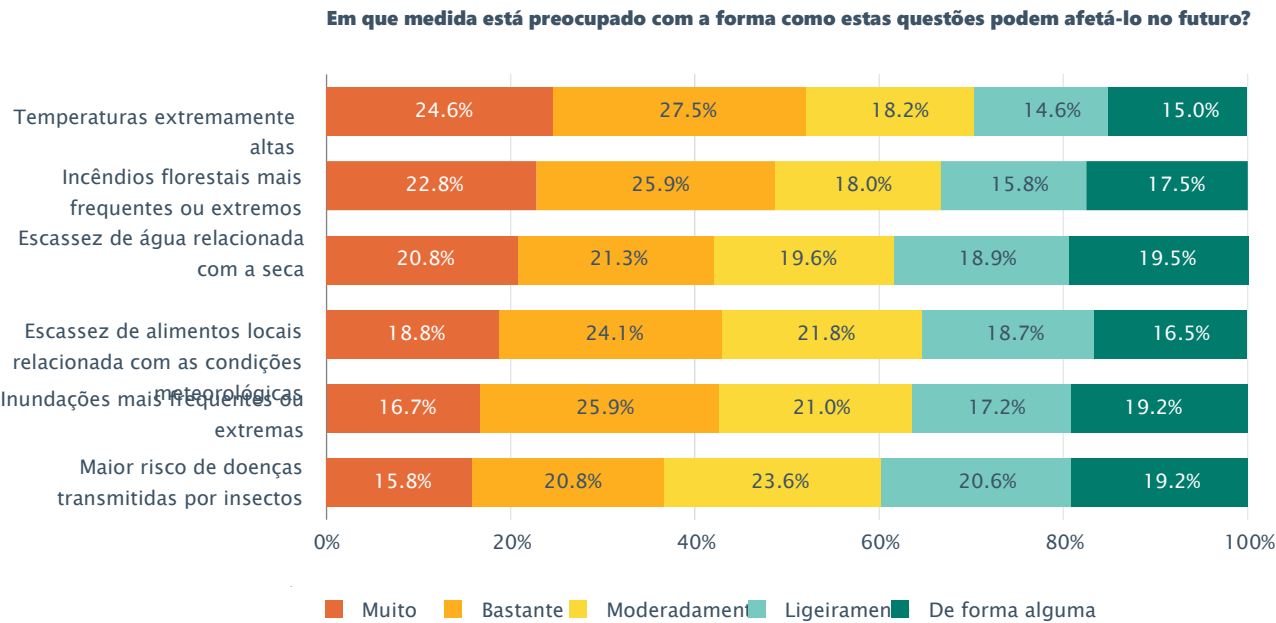
Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

3 Preocupação com os impactos climáticos futuros

Mais de metade dos inquiridos (52,1%) estavam muito preocupados ou bastante preocupados com temperaturas extremamente elevadas que perturbam a vida quotidiana e o bem-estar no futuro. A segunda questão mais preocupante para os inquiridos foi a dos incêndios florestais mais frequentes ou mais extremos; 48,7% afirmaram que estes eram muito ou bastante preocupantes. Tal corrobora a EUCRA, que identificou o calor e os incêndios florestais entre os riscos mais graves para a saúde humana e que exigem a ação mais urgente (AEA, 2024a).

Um número semelhante de inquiridos (entre 42 % e 43 %) mostrou-se muito ou bastante preocupado com a redução do acesso a alimentos locais/sazonais ou a água potável e com inundações mais frequentes ou mais extremas. A maior probabilidade de contrair doenças causadas por picadas de mosquitos ou carrapatos foi a questão menos preocupante para os respondentes (Figura 3.1).

Figura 3.1 Percentagem de inquiridos preocupados com os impactos climáticos futuros



Nota: As conclusões do inquérito para cada país podem ser consultadas no [visualizador interativo](#).

Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

Há uma clara divisão geográfica no nível de preocupação para todos os perigos. Duas vezes mais inquiridos no sul da Europa, em comparação com o norte da Europa, mostraram-se muito ou bastante preocupados com as futuras temperaturas elevadas (61 % em comparação com 29,9 %), as inundações mais extremas ou mais frequentes (50,2 % contra 25,3 %) e os incêndios florestais mais extremos ou mais frequentes (58,8 % contra 29,9 %).

Uma percentagem mais elevada de inquiridos da Europa Central e Oriental mostrou-se muito ou bastante preocupada com a perspectiva de contrair doenças de carraças ou mosquitos em comparação com os do norte da Europa (45,1 % contra 29,1 %), o acesso à água para uso diário (54,3 % contra 23,2 %) e o acesso a alimentos (53,1 % contra 29,9 %).

Consulte o [visualizador interativo](#) para obter uma repartição pormenorizada das respostas para cada país.

4 Medidas de resiliência climática comunicadas pelos inquiridos

Embora a UE e os Estados-Membros disponham de um quadro político sólido para apoiar a adaptação às alterações climáticas, as informações sobre as ações executadas e a sua eficácia são limitadas. Tal dificulta a plena compreensão dos progressos da Europa no sentido da resiliência às alterações climáticas (AEA, 2025a).

Os resultados do inquérito apresentados neste capítulo ajudam a esclarecer o nível de execução das medidas de resiliência às alterações climáticas em toda a Europa. Os inquiridos foram convidados a confirmar se estavam ou não em vigor determinadas medidas de resiliência às alterações climáticas para o seu agregado familiar e a responder a perguntas sobre as ações lideradas pelas autoridades que contribuíram para a resiliência às alterações climáticas que tinham visto no seu domínio ⁽²⁾ (quadro 1.1). As medidas enumeradas incluíam tanto iniciativas baseadas em infraestruturas (que exigem medidas de intervenção física) como iniciativas não baseadas em infraestruturas.

As medidas de resiliência às alterações climáticas enumeradas podem ser alinhadas com as diferentes fases do ciclo de gestão de crises:

- prevenção (minimização dos efeitos de uma crise ou catástrofe antes do evento);
- preparação (planeamento da resposta);
- resposta (ações durante uma crise ou catástrofe para minimizar o seu impacto);
- recuperação (regresso à situação anterior a uma crise ou catástrofe) (AEA, 2017; CE, 2025c).

Quadro 1.1 Medidas de resiliência incluídas no inquérito

	Medida de resiliência às alterações climáticas	Baseado em infra-estruturas?	Fase do ciclo de gestão de crises
Nível doméstico	Isolamento de paredes ou telhados	Sim	Preparação
	Ar condicionado ou ventilação	Sim	Preparação
	Sombreamento	Sim	Preparação
	Inundação à prova de inundação	Sim	Preparação
	Recolha de águas pluviais	Sim	Preparação
	Sistema de alimentação de reserva ou gerador	Sim	Preparação
	Kit de emergência	Não	Preparação/Resposta
	Seguro de habitação que cobre fenómenos meteorológicos extremos	Não	Preparação/Recuperação
Dirigido pela autoridade	Avisos ou alertas para fenómenos meteorológicos extremos	Não	Preparação
	Campanhas de sensibilização sobre os riscos e as medidas a tomar em caso de condições meteorológicas extremas	Não	Preparação
	Plantação de mais árvores ou melhoria do acesso a espaços verdes	Sim	Prevenção
	Fornecimento de centros de arrefecimento	Sim	Preparação
	Alterações nos horários de trabalho/educação para evitar atividades nas horas ou dias mais quentes	Não	Preparação/Resposta
	Prevenção de inundações	Sim	Prevenção
	Restrições ao uso da água durante as secas	Não	Preparação/Resposta
	Medidas de controlo dos mosquitos	Não	Prevenção
Nota: Ver anexo 1 para a formulação exata das questões relacionadas com as medidas de resiliência às alterações climáticas.			
Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.			

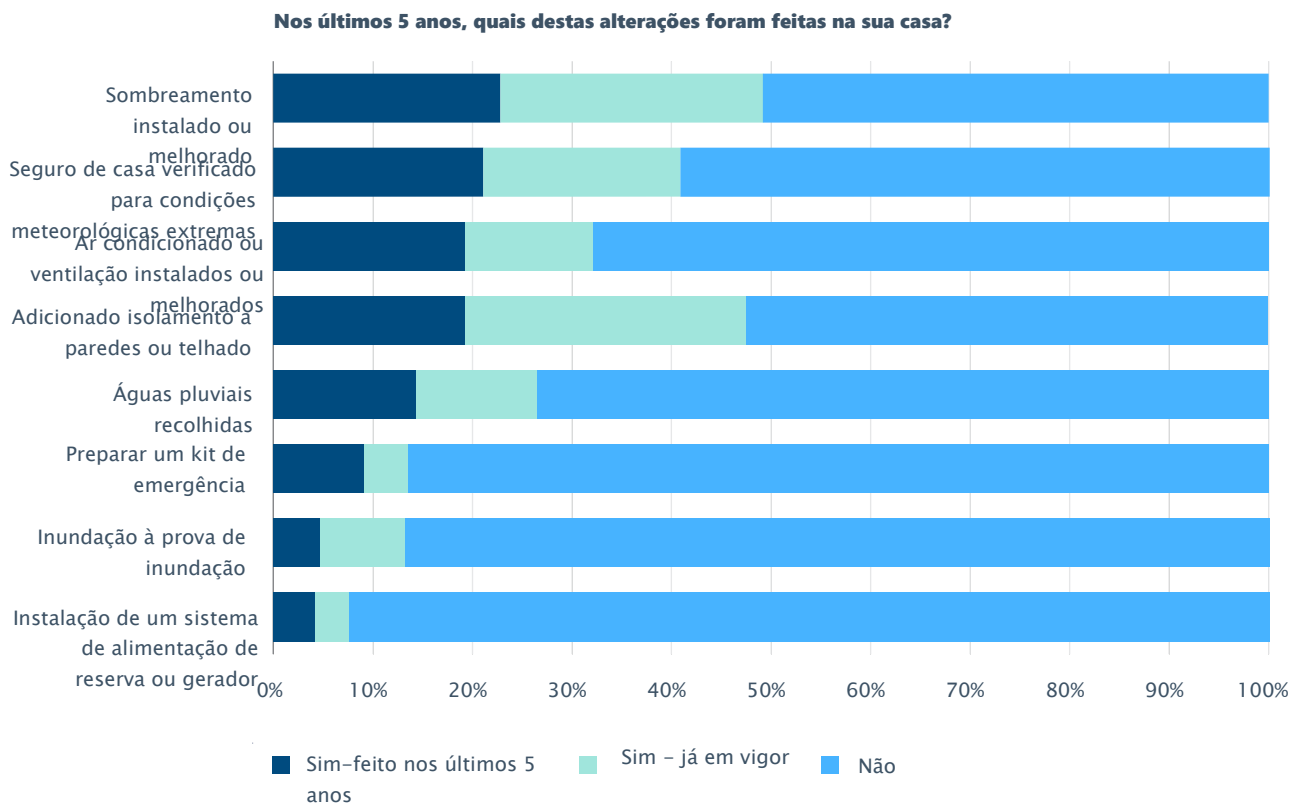
2 O termo «sua área» não foi especificado mais pormenorizadamente no inquérito e foi deixado em aberto para interpretação.

(2) O termo «sua área» não foi especificado mais pormenorizadamente no inquérito e foi deixado em aberto para interpretação.

4.1 Resiliência a nível das famílias

Embora 77,9 % dos inquiridos tivessem pelo menos uma das medidas de resiliência climática enumeradas no inquérito em vigor em casa, nenhuma das medidas estava em vigor em mais de metade das casas dos inquiridos (figura 4.1). Algumas medidas (por exemplo, a proteção contra inundações) podem não ser pertinentes para os contextos em que não existem perigos específicos. No entanto, uma baixa percentagem de inquiridos dispunha de medidas mais universais (por exemplo, um kit de emergência ou uma fonte de energia de reserva). De um modo geral, os resultados sugerem uma falta de preparação geral para os riscos climáticos e outras crises a nível dos agregados familiares em toda a Europa.

Figura 4.1 Percentagem de inquiridos com medidas de resiliência às alterações climáticas em casa



Nota: Os resultados do inquérito para cada país podem ser encontrados na visualização interativa r.
Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

Duas das medidas mais comumente tomadas em casa destinam-se a combater o calor. A medida mais comum em vigor nas casas foi a melhoria do sombreamento; 49,2 % dos inquiridos referiram ter posto isto em prática. Trata-se de uma medida de adaptação relativamente acessível e tanto o sombreamento interno como o externo são eficazes na redução das temperaturas internas dos edifícios (Martinez et al., 2025).

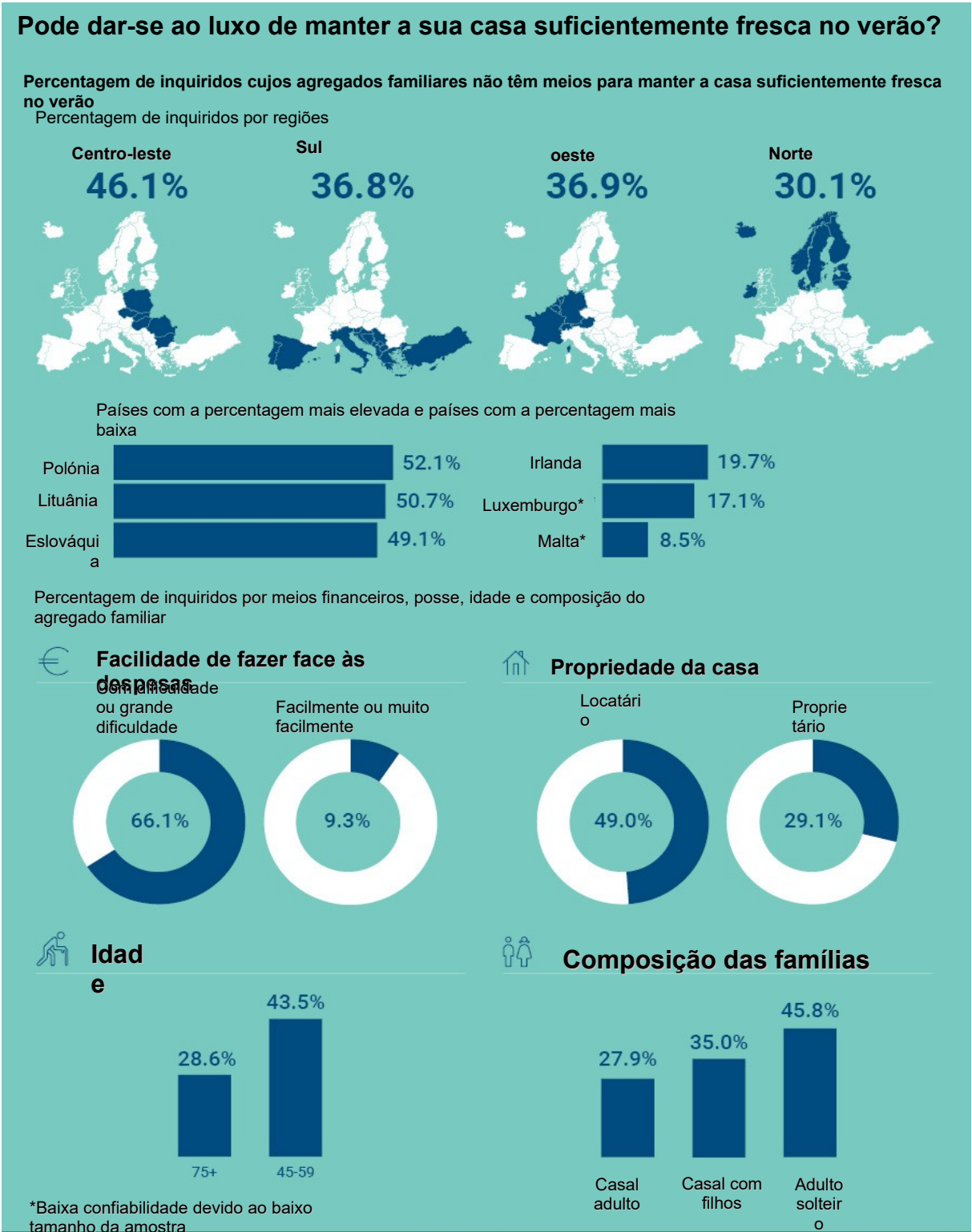
A segunda medida mais popular foi o isolamento de telhados e paredes (47,6%). Em edifícios bem concebidos, tal pode reduzir o sobreaquecimento, mas em edifícios sem ventilação adequada, sombreamento ou massa térmica pode agravar o sobreaquecimento (Martinez et al., 2025); por conseguinte, a eficácia desta medida depende do seu contexto. Por exemplo, no Inquérito Europeu sobre o Rendimento e as Condições de Vida de 2023, apenas 24,2 % dos inquiridos em 16 países europeus consideraram que o sistema de arrefecimento e o isolamento térmico da sua habitação eram suficientes para manter a habitação adequadamente fresca durante o verão (Eurostat, 2023).

No geral, 32,1% dos entrevistados relataram ter instalado ou melhorado o ar condicionado ou a ventilação. Embora o ar condicionado possa ser eficaz para proteger a saúde, em especial para as pessoas vulneráveis, a utilização extensiva do ar condicionado é um exemplo de má adaptação. Conduz a problemas relacionados com os picos de procura de eletricidade e o calor gerado pelos equipamentos pode contribuir para os efeitos das ilhas de calor urbanas (AEA, 2022c).

Além disso, o arrefecimento mecânico — ar condicionado, ventilação ativa ou utilização de ventiladores — exige investimento inicial e consumo de eletricidade, gerando assim custos adicionais para os agregados familiares. Isto pode estar a impedir que as pessoas instalem ou utilizem tais medidas.

Quando perguntados se podiam se dar ao luxo de manter a casa adequadamente fresca no verão, 38,2% dos entrevistados responderam negativamente. A percentagem mais elevada de inquiridos que não conseguiram manter a sua casa fresca no verão foi encontrada na Europa Central e Oriental (46,1 %), em comparação com 30,1 % no norte da Europa (Figura 4.2).

Figura 4.2 Percentagem de inquiridos cujos agregados familiares não têm meios para manter a casa suficientemente fresca no verão



Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

No geral, 40,8% dos entrevistados relataram ter seguro-casa de condições meteorológicas extremas. Houve diferenças substanciais entre os países em termos de quantos entrevistados relataram ter seguro-casa de condições meteorológicas extremas. Na Suécia, 17,4 % dos inquiridos tinham-no contra 70,1 % no Luxemburgo.

Os diferentes sistemas de seguros existentes em cada país influenciam a disponibilidade e a acessibilidade dos preços dos seguros. De acordo com a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (2024), a Grécia, a Itália e a Roménia registaram as pontuações mais elevadas em termos de lacunas de proteção para catástrofes naturais devido a uma combinação de perigos e a uma baixa penetração dos seguros. Considerou-se que o seguro contra inundações era particularmente incomportável em zonas de alto risco da Polónia e de Portugal, seguidas de várias regiões da Croácia, da Alemanha e dos Estados bálticos (Tesselaar et al., 2020). Os resultados do inquérito Eurofound (2025) aqui comunicados refletem, em certa medida, esses padrões (ver o espetador interativo). No entanto, devem ser tratados com precaução devido ao facto de a amostra do inquérito não ser representativa e de a informação ter sido autorreferida pelos inquiridos. Além disso, a cobertura de seguro auto-relatada pode estar sujeita a viés de recordação, uma vez que os respondentes podem não lembrar ou compreender com precisão os termos específicos de suas apólices em relação à proteção contra condições meteorológicas extremas.

Mais de um quarto dos entrevistados disseram que recolhem água da chuva em casa para uso em períodos secos. Em determinados países, como a Bélgica, a Chéquia e a Eslovénia, mais de 40 % dos inquiridos dispunham de um sistema de recolha de águas pluviais. Um número considerável de inquiridos comunicou que tinha instalado sistemas de recolha de águas pluviais nos cinco anos anteriores (por exemplo, 26,7 % dos inquiridos na Chéquia, seguidos de quase um quarto dos inquiridos na Estónia e na Eslováquia).

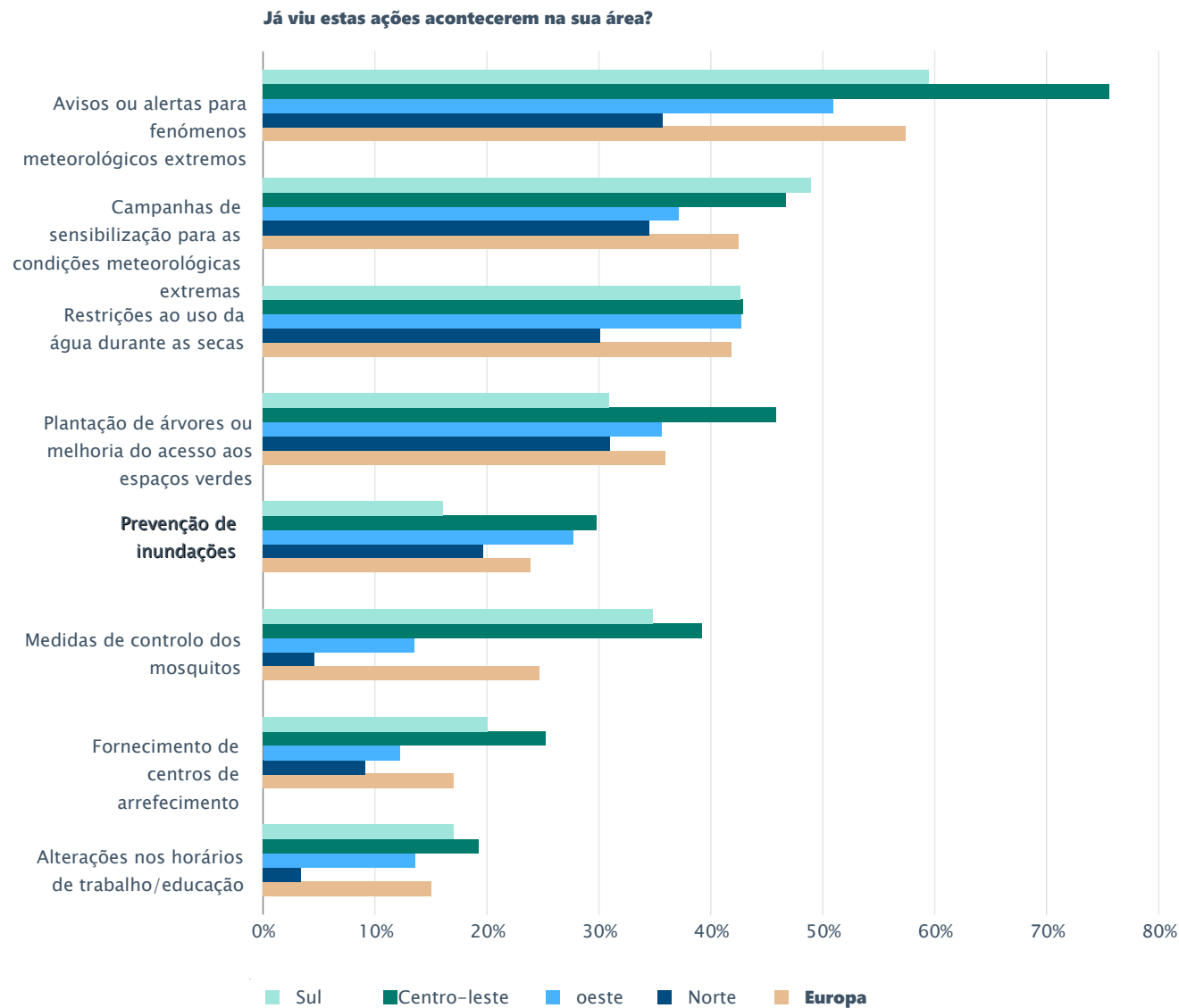
Entre as medidas menos frequentemente comunicadas contam-se a proteção contra inundações; apenas 13,2 % dos inquiridos declararam ter medidas em vigor. A proteção contra inundações a nível imobiliário só é aplicável em zonas que possam ser propensas a inundações e exige investimentos substanciais e alterações estruturais na habitação.

No entanto, ter um kit de emergência preparado é uma medida simples que é relativamente barata de implementar. Apesar disso, os kits só estavam em vigor em 13,5% dos domicílios dos entrevistados. Na Dinamarca, Estónia e Suécia, uma percentagem substancial de inquiridos (mais de 22 % dos inquiridos em cada um destes países) tinha tomado esta medida nos últimos cinco anos. Tal pode estar relacionado com os recentes apelos dos seus governos aos cidadãos para que se preparem para potenciais crises associadas à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

4.2 Ações de resiliência percebidas nos domínios dos inquiridos

De um modo geral, 82,2 % dos inquiridos declararam ter visto pelo menos uma das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades enumeradas no inquérito na sua área local (figura 4.3). As medidas mais frequentemente comunicadas — alertas precoces e alertas (comunicados por mais de 57 % dos inquiridos) e campanhas de sensibilização (notificadas por 42,5 % dos inquiridos) — correspondem a uma boa cobertura dessas ações nas políticas nacionais de adaptação e nas estratégias nacionais de saúde (Observatório Europeu do Clima e da Saúde, 2022). Além disso, estão em vigor planos de ação para a saúde térmica — incluindo avisos sobre temperaturas elevadas — em 19 dos Estados-Membros da UE-27 (EEE, 2024c). Tal pode explicar, em parte, o elevado número de inquiridos que observaram avisos e alertas.

Figura 4.3 Percentagem de inquiridos que observaram medidas de resiliência climática na sua área



Nota: As conclusões do inquérito para cada país podem ser consultadas no visualizador interativo.

Fonte: AEA com base na Eurofound (2025).

Os sistemas de alerta precoce são uma das medidas mais eficazes em termos de custos contra fenómenos meteorológicos extremos (AEA, 2020; AEA, 2024b). Se implantados corretamente, podem reduzir os impactos dos extremos climáticos nas pessoas. Por exemplo, durante as inundações na Europa Central de 2024, o número de vítimas mortais foi inferior ao das inundações anteriores. Isto apesar do facto de que a precipitação foi mais pesada e as inundações foram em maior escala. O menor número de mortes foi atribuído ao bom funcionamento dos sistemas de alerta precoce (Atribuição Meteorológica Mundial, 2024). Como tal, a observação de que estão a ser amplamente utilizadas deve ser vista como um aspeto positivo da preparação para as alterações climáticas.

Além disso, mais de 4 em cada 10 inquiridos depararam-se com campanhas de sensibilização sobre as alterações climáticas ou as condições meteorológicas extremas na sua zona; este tipo de medida pode aumentar a eficácia dos alertas

precoces e dos alertas. Os conhecimentos sobre a forma de agir em caso de emergência são essenciais para garantir a eficácia dos alertas emitidos pelas autoridades (por exemplo, Diakakis et al., 2022). No último inquérito do BEI, 38 % dos inquiridos destacaram a educação do público sobre os comportamentos a adotar para prevenir ou responder a problemas causados por fenómenos meteorológicos extremos como uma importante medida de adaptação (BEI, 2024).

A terceira medida mais frequentemente referida — restrições à utilização da água devido a secas — foi comunicada por 41,8 % dos inquiridos. A percentagem da população da UE afetada pela escassez de água está a aumentar no contexto das alterações climáticas e da gestão insustentável dos recursos hídricos (AEA, 2025d). Consequentemente, as restrições ao consumo de água estão a tornar-se mais comuns. Por exemplo, 48 % dos planos municipais de ação climática executados na Europa definem medidas de conservação da água (incluindo racionamento/restrições e reutilização das águas cinzentas) (AEA, 2024b).

No total, 35,9 % dos inquiridos referiram mais árvores plantadas ou um melhor acesso a espaços verdes na sua área. Esta foi a medida de resiliência climática baseada em infraestruturas mais frequentemente citada e selecionada pelos inquiridos. As soluções baseadas na natureza — ou seja, medidas para fazer face aos impactos climáticos inspirados ou apoiados pela natureza — são reconhecidas na política da UE como uma opção fundamental de adaptação às alterações climáticas (por exemplo, CE, 2021) e já são utilizadas com frequência. Por exemplo, uma análise dos planos de ação para o clima urbano na Europa concluiu que 9 em cada 10 planos incluíam medidas relacionadas com o ambiente, a vegetação e a biodiversidade (AEA, 2024b). No inquérito do BEI (2024), 42 % dos inquiridos da UE identificaram que uma das principais prioridades para a adaptação às alterações climáticas a nível local é arrefecer as cidades, acrescentando ruas arborizadas e criando espaços verdes.

As medidas de controlo dos mosquitos foram observadas por 24,7% dos inquiridos. Um inquérito do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças sugere que 18 dos 26 países europeus que responderam implementaram alguma forma de controlo de mosquitos em 2021 (ECDC, 2021). O clima em grande parte da Europa está a tornar-se mais adequado para as doenças transmitidas por mosquitos (van Daalen et al., 2024) e, como tal, pode esperar-se uma maior necessidade de utilização desta medida no futuro.

Pouco menos de um quarto dos inquiridos (23,9 %) comunicou a aplicação de medidas de prevenção de inundações na sua zona. Trata-se de uma proporção relativamente elevada, uma vez que nem todas as pessoas vivem numa área que exija proteção contra inundações causadas por rios, zonas costeiras ou águas superficiais.

De todas as medidas enumeradas, as duas que menos inquiridos referiram ter encontrado foram a disponibilização de centros de refrigeração (edifícios com ar condicionado à disposição do público) e alterações nos horários de trabalho ou de ensino para evitar a hora mais quente do dia.

Para muitas das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, a Europa Central e Oriental foi a região com a percentagem mais elevada de inquiridos que declararam tê-las encontrado. O Norte da Europa foi a região com as percentagens mais baixas para muitas das medidas enumeradas (Figura 4.3).

Podem observar-se diferenças substanciais nas perceções dos inquiridos de diferentes países (ver o [espetador interativo](#)). Por exemplo, mais de 90 % dos inquiridos na Polónia e em Portugal depararam-se com alertas sobre condições meteorológicas extremas, em comparação com 18,2 % na Dinamarca ou 23,3 % na Suécia. Em Portugal e na Lituânia, mais de 70 % dos inquiridos tinham registado campanhas de sensibilização onde vivem.

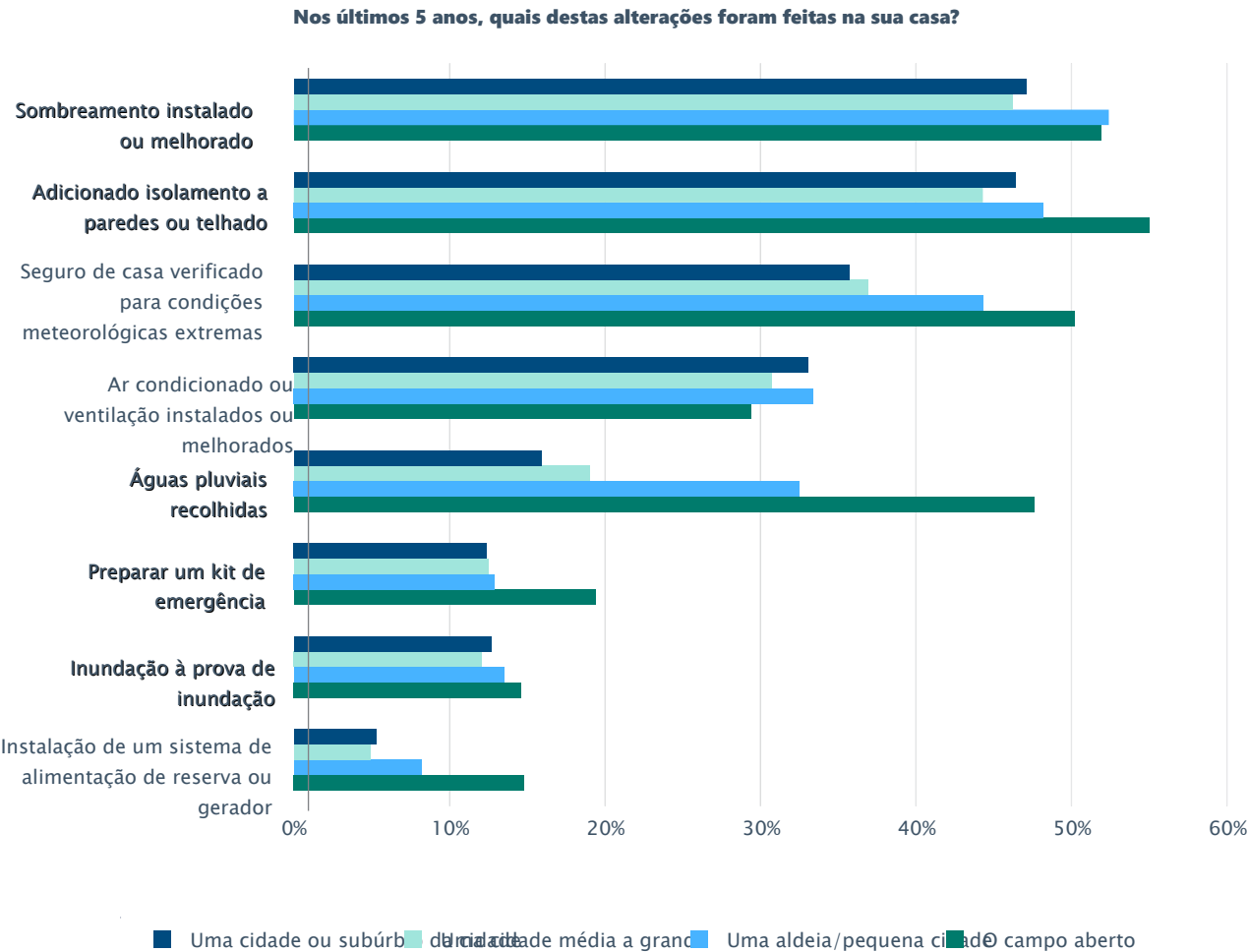
Quase 60 % dos inquiridos da Hungria declararam ter visto mais árvores e espaços verdes na sua área. Uma elevada percentagem de inquiridos da Grécia (45 %) e da Roménia (mais de 40 %) comunicou que conhecia centros de refrigeração na sua área. A Áustria, a Chéquia e a Eslovénia registaram a percentagem mais elevada de inquiridos que viram medidas de prevenção de inundações na sua zona (mais de 40 %).

4.3 Diferenças entre os inquiridos urbanos e rurais

No que diz respeito à resiliência a nível dos agregados familiares, uma percentagem mais elevada das pessoas que vivem em zonas rurais abertas tinha aplicado medidas de resiliência às alterações climáticas em casa, em comparação com as que vivem em zonas mais urbanizadas (figura 4.4). Cerca de três vezes mais inquiridos nas zonas rurais dispunham de sistemas coletores de águas pluviais em comparação com os das cidades (47,6 % e 15,9 %, respetivamente) ou de uma fonte/gerador de energia de reserva (14,8 % em comparação com 5,3 %). Isto pode ser explicado por:

- uma percentagem mais elevada de pessoas nas zonas rurais que vivem em casas em vez de apartamentos (Eurostat, 2024);
- níveis mais elevados de propriedade de habitações em zonas rurais;
- uma maior necessidade de autossuficiência nas zonas rurais devido à baixa densidade populacional, juntamente com infraestruturas e instalações escassas.

Figura 4.4 Percentagem de inquiridos que comunicaram medidas de resiliência climática a nível dos agregados familiares, por nível de urbanização autodeclarado

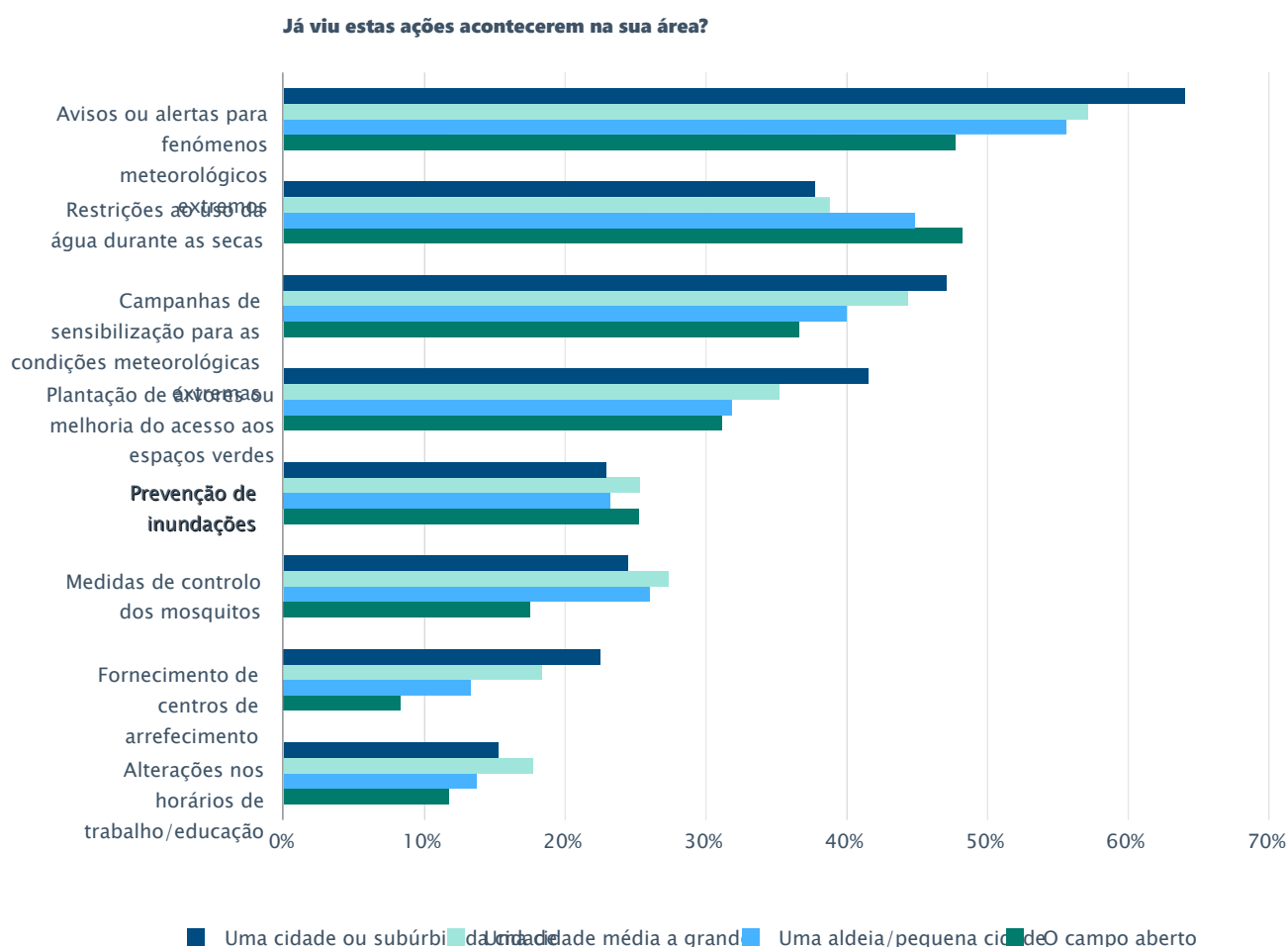


Fonte: AEA com base na Eurofound (2025).

Em contrapartida, a maior parte das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades foi observada por uma percentagem mais elevada de inquiridos nas cidades e vilas em comparação com os inquiridos das aldeias e zonas rurais (com exceção das restrições ao uso da água e da prevenção de inundações, que eram mais suscetíveis de serem comunicadas pelos habitantes das zonas rurais; Figura 4.4). Tal pode dever-se à maior densidade populacional nas cidades e, por conseguinte, a uma maior exposição global das pessoas e dos ativos aos riscos climáticos, o que aumenta a necessidade e a viabilidade de medidas de adaptação.

No entanto, pode também refletir a maior capacidade das cidades de maior dimensão para agir em matéria de adaptação. Por exemplo, uma análise anterior da AEA das ações de adaptação dos signatários do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia indicou que os municípios com mais de 50 000 habitantes eram mais propensos a executar ações que visam temperaturas elevadas, como a plantação de árvores e a ecologização urbana, em comparação com os municípios de menor dimensão (AEA, 2020). Além disso, os municípios e as cidades de menor dimensão tendem a ficar aquém das cidades em termos de avaliações dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, apoio político a ações de adaptação e disponibilidade de financiamento para a adaptação (AEA, 2020; Venner et al., 2025).

Figura 4.5 Percentagem de inquiridos que percebem medidas de resiliência climática lideradas pela autoridade, por nível de urbanização autodeclarado



AEA com base na Eurofound, 2025.

5 Diferenças entre os grupos de inquiridos

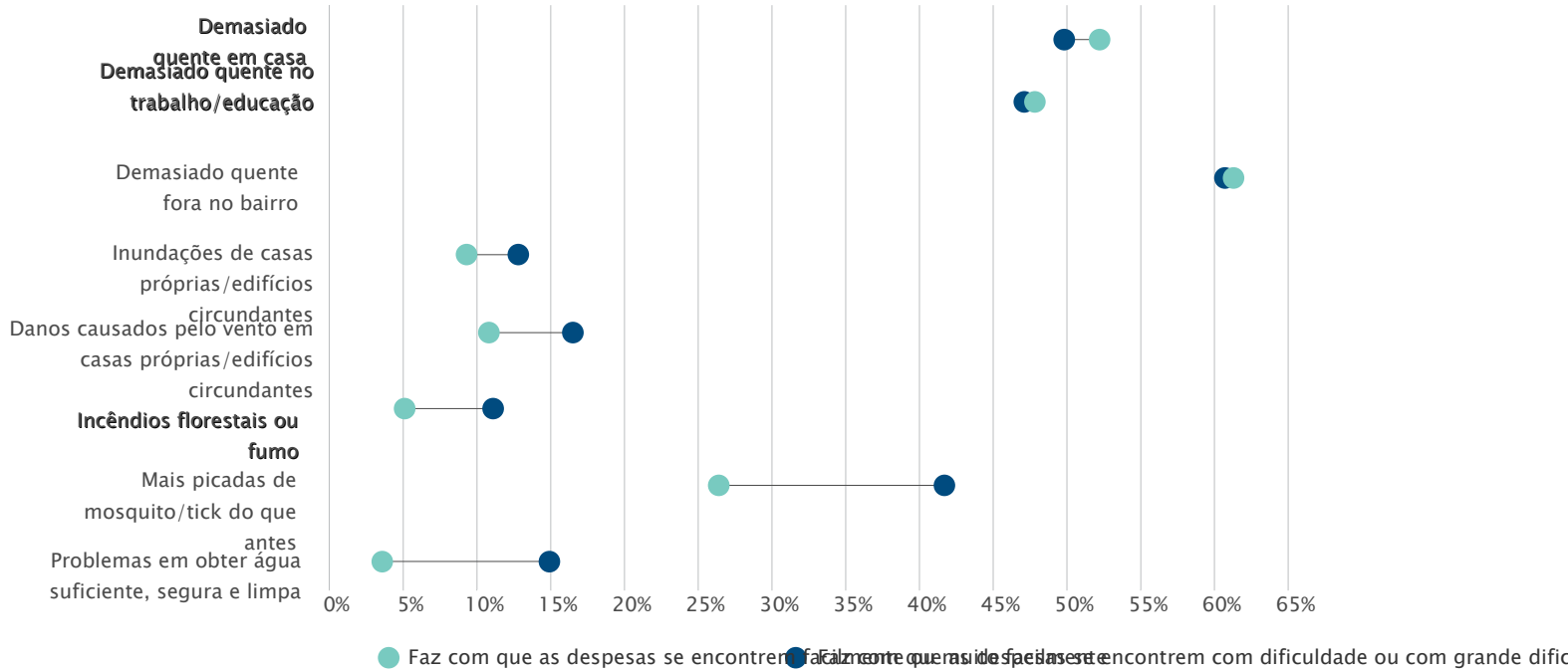
5.1 Meios financeiros das famílias

Os recursos financeiros das famílias foram estimados perguntando aos inquiridos quão fácil ou difícil é para eles fazer face às despesas ⁽³⁾. No caso de quase todos os riscos climáticos — com exceção do calor —, uma percentagem mais elevada de inquiridos que responderam que fazem face às despesas com grande dificuldade ou dificuldade comunicou ter sido afetada ao longo dos últimos cinco anos, em comparação com aqueles que responderam que era muito fácil ou fácil fazer face às despesas.

Mais do dobro do número de inquiridos do grupo que estava a debater-se financeiramente observou incêndios florestais ou fumo onde vivem em comparação com os inquiridos que fazem face às despesas facilmente ou muito facilmente. A maior diferença relativa entre os inquiridos com e sem dificuldade em fazer face às despesas prende-se com problemas de acesso a água potável e segura. Quatro vezes mais famílias em dificuldades do que famílias financeiramente seguras tiveram problemas nesta área.

Não surpreendentemente, neste contexto, os níveis de preocupação com os impactos futuros também foram mais elevados entre aqueles que lutam para fazer face às despesas para quase todos os impactos. A única exceção foram as altas temperaturas futuras; percentagens semelhantes de inquiridos em cada grupo manifestaram preocupação com esta situação (Figura 5.1).

Figura 5.1 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua área, por recursos financeiros dos agregados familiares



Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

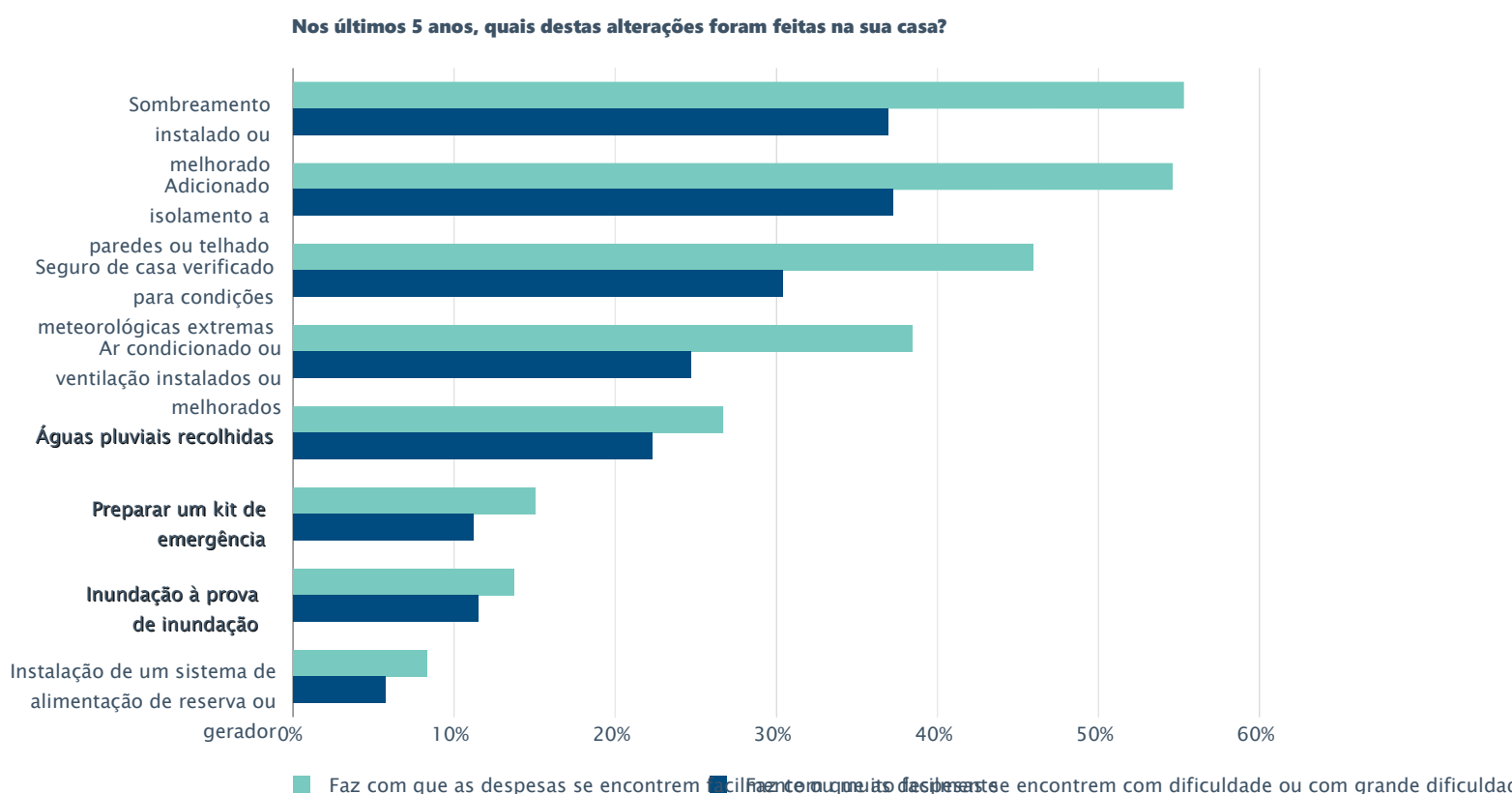
3 A pergunta foi formulada da seguinte forma: 'Um agregado familiar pode ter diferentes fontes de rendimento e mais do que um membro do agregado pode contribuir para o mesmo. Pensando no rendimento mensal total do seu agregado familiar, é o seu agregado familiar capaz de fazer face às despesas ...'. As opções de resposta foram: 'Com grande dificuldade', 'Com dificuldade', 'Com alguma dificuldade', 'Muito facilmente', 'Facilmente', 'Muito facilmente', 'Não sei' e 'Prefiro não responder'.

Quase o dobro dos inquiridos que fizeram face a despesas difíceis ou muito difíceis não tinham nenhuma das medidas de resiliência às alterações climáticas enumeradas no questionário do inquérito em casa (31,8 %), em comparação com 16,0 % dos que fizeram face a despesas fáceis ou fáceis. Para cada medida de resiliência climática a nível dos agregados familiares, uma percentagem mais baixa de inquiridos que tiveram dificuldades em fazer face às despesas tinha a medida em vigor no seu país de origem, em comparação com os inquiridos que fizeram face às despesas mais facilmente (figura 5.2). Estes resultados sugerem que existem desigualdades consideráveis entre grupos de diferentes estatutos económicos em relação à preparação dos agregados familiares para fenómenos meteorológicos extremos.

É provável que a acessibilidade dos preços seja o principal obstáculo a uma ampla adoção de medidas de resiliência. Enquanto 9,3% dos entrevistados que fazem face às despesas facilmente ou muito facilmente não foram capazes de manter a sua casa adequadamente fresca no verão, entre aqueles que fazem face às despesas com dificuldade ou grande dificuldade, este número foi sete vezes maior (66,1%) (Figura 4.2).

As desigualdades podem ser agravadas pelo facto de alguns dos métodos comumente utilizados para melhorar a estrutura das habitações, como os subsídios ao isolamento de telhados ou paredes, tenderem de forma desproporcionada a beneficiar os grupos de rendimentos mais elevados que dispõem de meios financeiros para adquirir os artigos subvencionados, como materiais para remodelação de casas (Parlamento Europeu, 2024).

Figura 5.2 Percentagem de inquiridos que comunicaram medidas de resiliência climática a nível dos agregados familiares, por meios financeiros dos agregados familiares



Nota: As medidas de resiliência às alterações climáticas a nível dos agregados familiares incluem as anteriormente instaladas, bem como as medidas adotadas nos últimos cinco anos.

Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

5 Diferenças entre os grupos de inquiridos

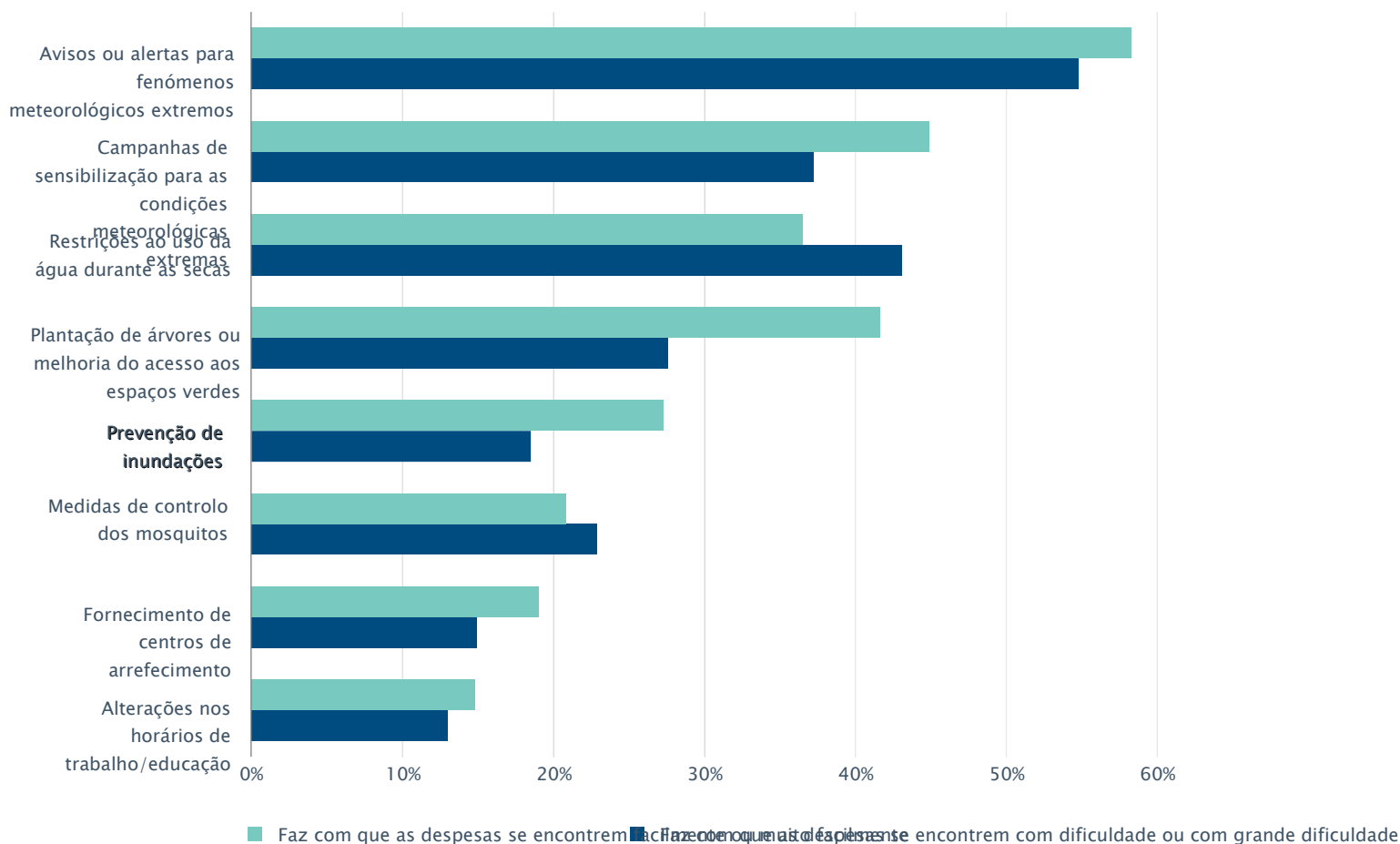
No que diz respeito às medidas de resiliência às alterações climáticas lideradas pelas autoridades — nomeadamente a prevenção de inundações, a plantação de árvores/ecologização urbana, a disponibilização de centros de arrefecimento e campanhas de sensibilização — uma percentagem mais elevada de inquiridos que fazem face às despesas comunicou muito fácil ou facilmente ter visto os que se encontram na sua área em comparação com os que têm dificuldades em fazer face às despesas (figura 5.3). Reconhece-se que os grupos de rendimentos mais baixos nem sempre beneficiam de forma justa das atividades de adaptação (EEE, 2022b). Tal pode dever-se ao facto de as pessoas de zonas financeiramente desfavorecidas estarem menos bem equipadas para defender determinadas medidas, como a ecologização urbana, em comparação com as comunidades mais ricas.

Além disso, os preços da habitação e as rendas em zonas mais verdes tendem a ser mais elevados, impedindo os residentes menos abastados de aí viverem. As análises de custo-benefício aplicadas no planeamento das defesas contra inundações podem levar a que seja dada prioridade ao investimento em zonas com elevado valor imobiliário, uma vez que constituem a melhor justificação económica em termos financeiros (AEA, 2025b).

Embora os resultados aqui comunicados reflitam as perceções dos indivíduos, em vez de representarem uma avaliação factual do estado de execução de várias medidas, contribuem, no entanto, para uma compreensão da justiça social na adaptação às alterações climáticas na Europa.

Figura 5.3 Percentagem de inquiridos que percebem medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades, por meios financeiros das famílias

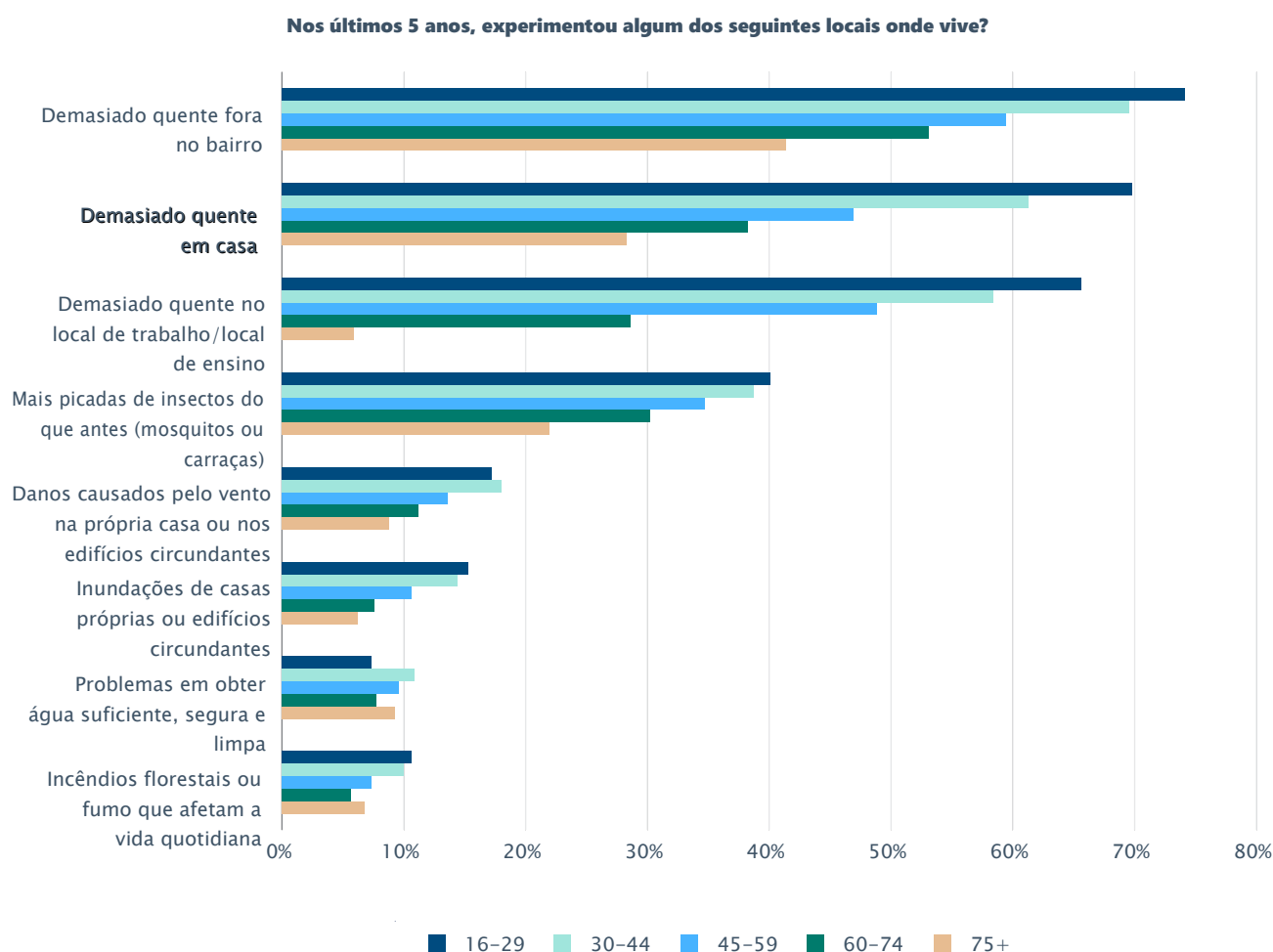
Já viu estas ações acontecerem na sua área?



5.2 Idade

Para quase todos os impactos relacionados com o clima incluídos no questionário, uma percentagem mais elevada de inquiridos do grupo etário mais jovem registou-os em comparação com os grupos mais velhos (figura 5.4); os inquiridos mais jovens mostraram-se também sistematicamente mais preocupados com as futuras questões relacionadas com as alterações climáticas do que o grupo mais antigo (figura 5.6). Tal está em consonância com as conclusões do relatório especial do Eurobarómetro de 2025 sobre as alterações climáticas, em que os inquiridos mais jovens se encontravam entre os grupos mais suscetíveis de considerar as alterações climáticas um problema grave (CE, 2025a).

Figura 5.4 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua zona, por grupo etário



Nota: Os intervalos de números na legenda referem-se a faixas etárias.

Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

5 Diferenças entre os grupos de inquiridos

Para a maioria das medidas de resiliência climática a nível dos agregados familiares, a percentagem mais elevada de inquiridos que as instalou caiu na faixa etária mais antiga (figura 5.5). Tal pode dever-se ao facto de os inquiridos mais velhos serem mais propensos a ser proprietários de imóveis do que inquilinos, permitindo-lhes fazer alterações na sua habitação. Além disso, alguns estudos sugerem que os idosos podem ser mais avessos ao risco (Titko et al., 2021).

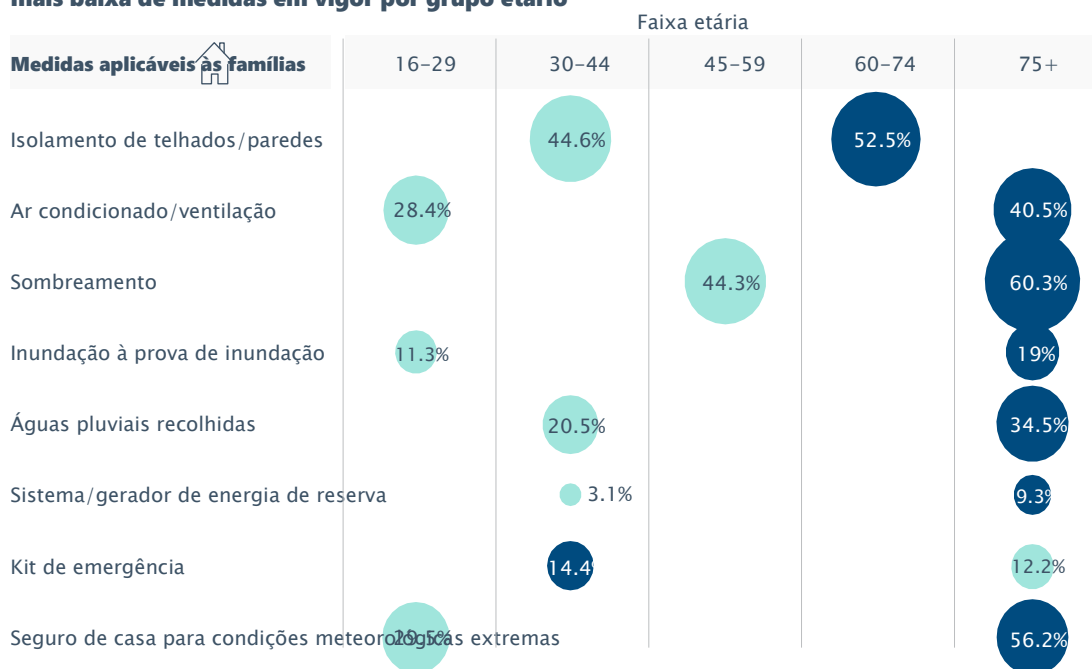
A faixa etária dos 45-59 anos teve a maior percentagem de inquiridos incapazes de arrefecer a sua casa (43,5%). A percentagem mais baixa de inquiridos que não se podiam dar ao luxo de arrefecer a sua casa encontrava-se entre os que tinham mais de 75 anos (28,6 %). Os idosos estão entre os grupos mais afetados pelas temperaturas elevadas (OMS Europa, 2021); como tal, o conforto térmico é fundamental para este grupo durante o tempo quente. Ao interpretar estes resultados, deve notar-se que, devido à sua natureza em linha, o inquérito foi respondido apenas por idosos com acesso à Internet e consciência tecnológica; por conseguinte, não é provável que seja representativa das populações mais vulneráveis.

A imagem das medidas de resiliência climática lideradas pelas autoridades observadas na zona é mais variada em relação aos grupos etários. Os inquiridos mais jovens tinham menos probabilidades de ter observado restrições ao consumo de água e a presença de centros de arrefecimento, mas mais probabilidades de terem visto avisos ou alertas, campanhas de sensibilização, ecologização urbana e prevenção de inundações (Figura 5.5).

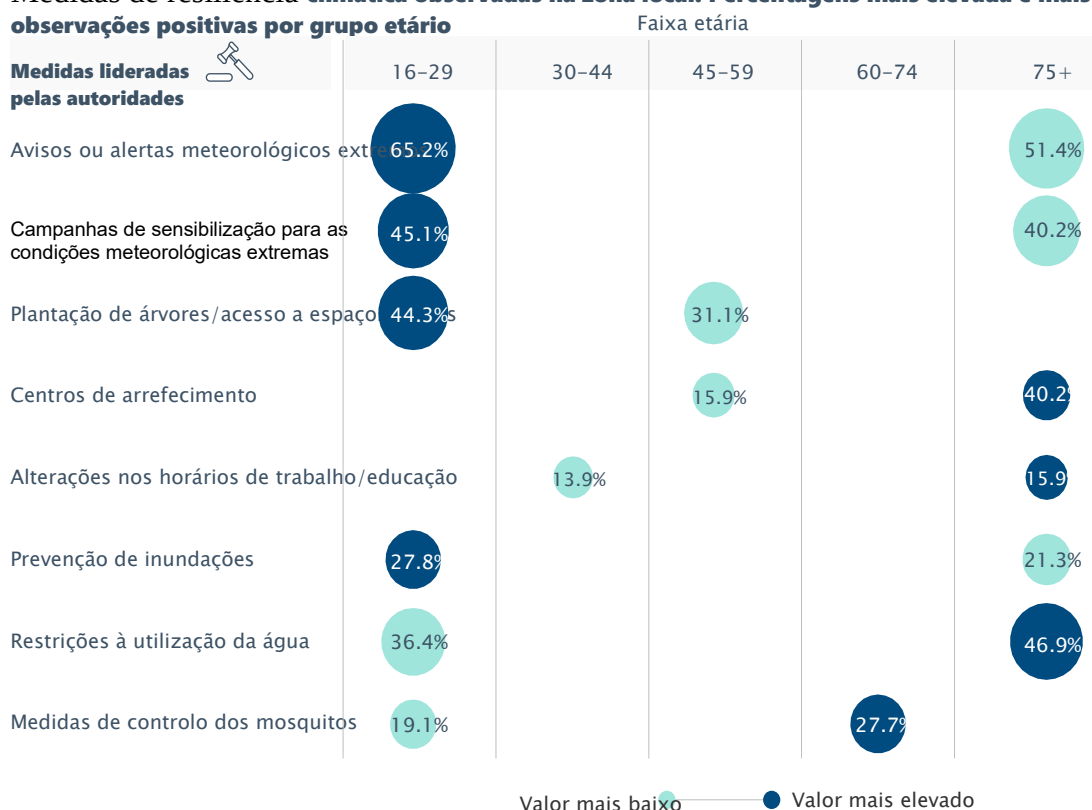


© Aboodi Vesakaran, Unsplash

Figura 5.5 Adoção de medidas relativas aos agregados familiares e sensibilização para as medidas tomadas pelas autoridades, por idade
Adoção de medidas de resiliência das famílias às alterações climáticas: Percentagem mais elevada e mais baixa de medidas em vigor por grupo etário



Medidas de resiliência climática observadas na zona local: Percentagens mais elevada e mais baixa de observações positivas por grupo etário

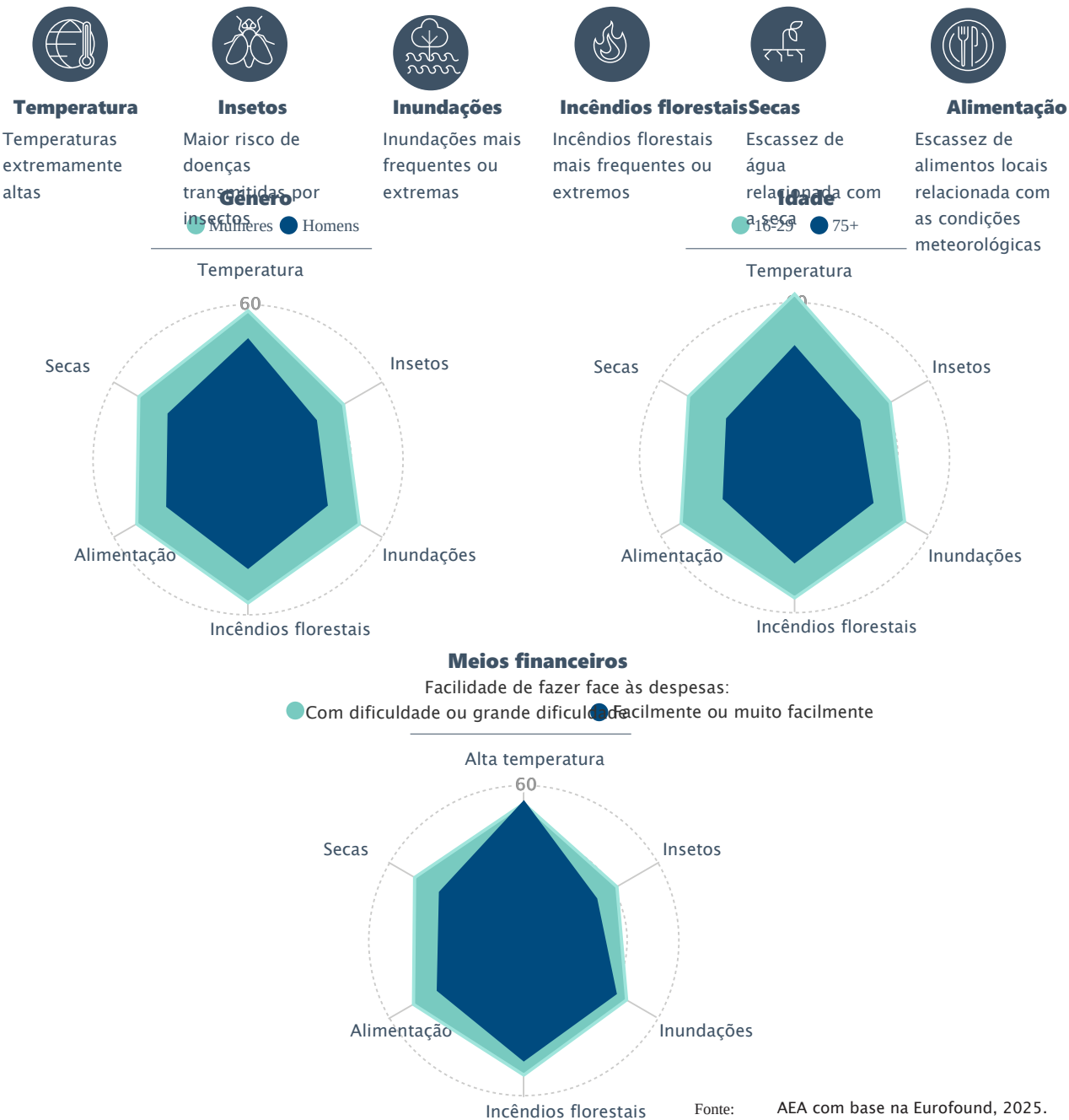


Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

5.3 Género

Verificaram-se diferenças mínimas nas percentagens de homens e mulheres que declararam ter sofrido impactos climáticos onde vivem nos últimos cinco anos. O único impacto em que houve uma diferença notável na experiência relatada foram as picadas de insetos; 39,2% das mulheres relataram ter sofrido aumento de mordidas em comparação com 28,8% dos homens. Uma percentagem mais elevada de mulheres em comparação com os homens mostrou-se muito ou muito preocupada com todos os impactos climáticos futuros enumerados no inquérito (figura 5.6). Tal está em consonância com as conclusões do relatório especial do Eurobarómetro de 2025 sobre as alterações climáticas (CE, 2025a).

Figura 5.6 Percentagem de inquiridos preocupados com os futuros impactos climáticos por género, idade e meios financeiros



5.4 Propriedade da habitação

Os locatários, em especial os que vivem em habitações de arrendamento privado, foram os que mais provavelmente se sentiram demasiado quentes em casa (bem como no seu local de trabalho/ensino e fora do seu bairro) em comparação com os proprietários (Figura 5.7). Embora não seja abrangida pelo presente inquérito, a qualidade da habitação — tipo e idade da habitação, taxa de ventilação, localização, materiais de construção e sombreamento — é um fator fundamental que influencia a exposição ao calor extremo (Zhang et al., 2025). A maior parte do parque imobiliário da Europa foi construída antes da introdução das normas térmicas e quase 75 % do parque é ineficiente do ponto de vista energético, o que conduz a um risco acrescido de sobreaquecimento doméstico (AEA, 2022a).

Esta situação é agravada pelo estatuto de titularidade. Os locatários podem não ter o incentivo ou a estabilidade a longo prazo para justificar melhorias domésticas que os protejam dos impactos relacionados às alterações climáticas (ou seja, investir em um sistema de refrigeração). Além disso, os programas de renovação doméstica — concebidos para melhorar o conforto térmico (ou seja, a instalação de bombas de calor) e proteger de outros perigos relacionados com o clima, como as inundações — visam frequentemente os proprietários de imóveis e não os inquilinos.

No entanto, os proprietários podem estar relutantes em pagar por tais medidas, uma vez que não

beneficiam diretamente das melhorias. Este desafio é geralmente referido como o "problema dos incentivos divididos" (JRC, 2017). As renovações de propriedades arrendadas podem também conduzir a aumentos das rendas e a potenciais «renovictions», ou seja, os inquilinos que se mudam porque já não podem pagar a nova renda (EEE, 2025b).

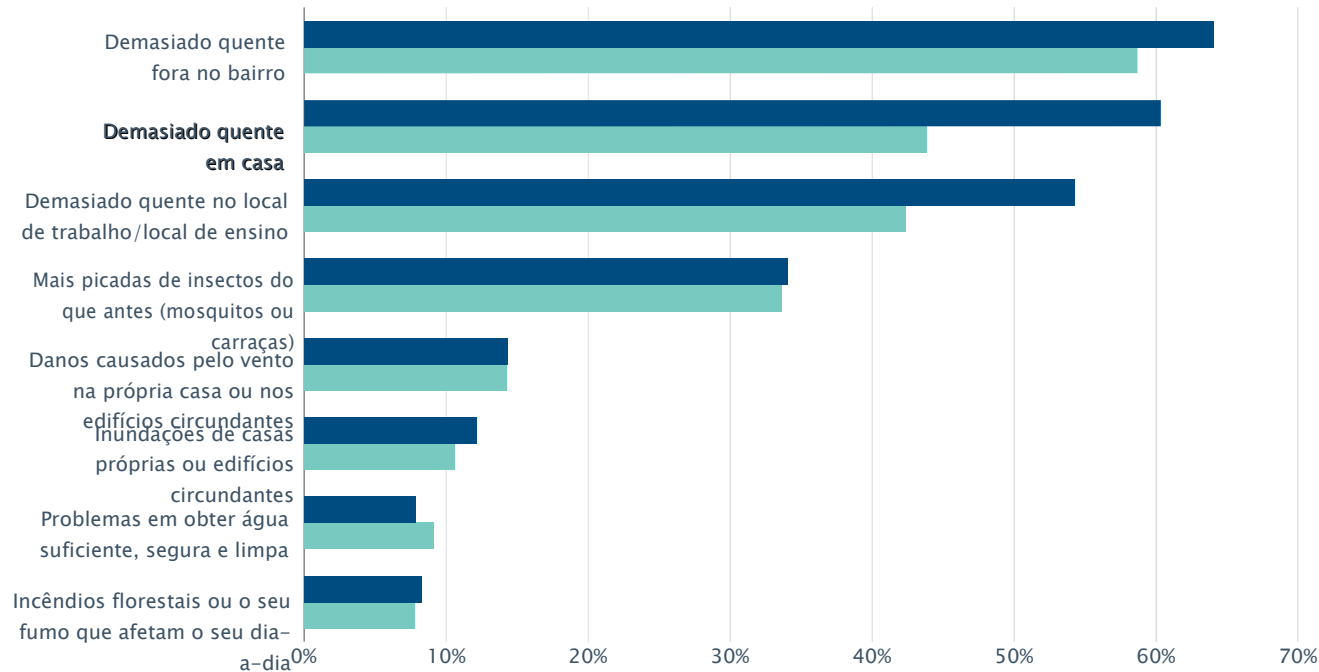
Menos inquilinos — especialmente os que vivem em habitações privadas — declararam ter medidas de resiliência climática a nível dos agregados familiares em comparação com os proprietários de imóveis. A percentagem de proprietários que tinham um seguro de habitação que cobria fenómenos meteorológicos extremos, melhorou o ar condicionado ou a ventilação ou uma fonte de energia de reserva foi quase o dobro em comparação com os inquilinos (Figura 5.8).



© Stefano Scagliarini, Tesouros Urbanos/EEE

Figura 5.7 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua zona, por tipo de propriedade da habitação

Nos últimos 5 anos, experimentou algum dos seguintes locais onde vive?

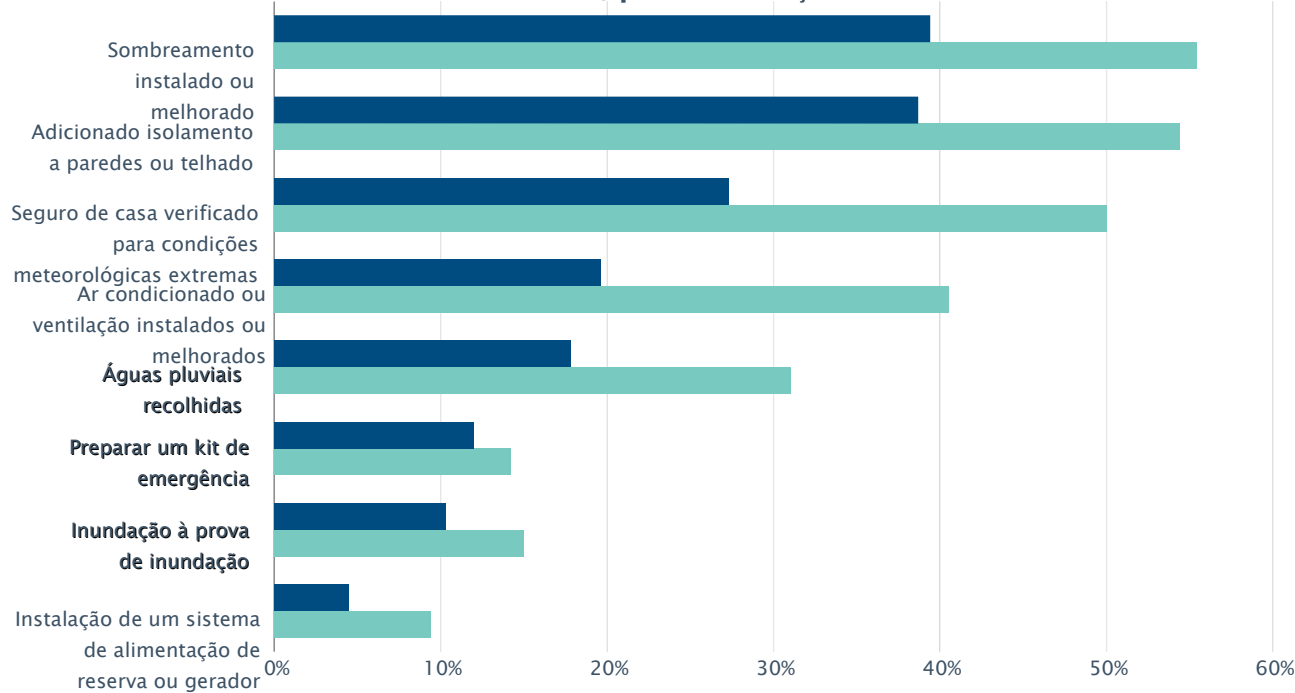


Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025. ■ Família do locatário ■ Agregado familiar do proprietário

Registaram-se igualmente discrepâncias entre os grupos de propriedade habitacional em relação às medidas de resiliência às alterações climáticas observadas na sua área. Para as medidas enumeradas, uma percentagem mais elevada de proprietários de imóveis referiu ter notado campanhas de sensibilização, alterações no seu horário de trabalho ou de educação, medidas de controlo de mosquitos, plantação de

Figura 5.8 Percentagem de inquiridos que comunicaram medidas de resiliência climática a nível dos agregados familiares, por tipo de propriedade habitacional

Nos últimos 5 anos, quais destas alterações foram feitas na sua casa?

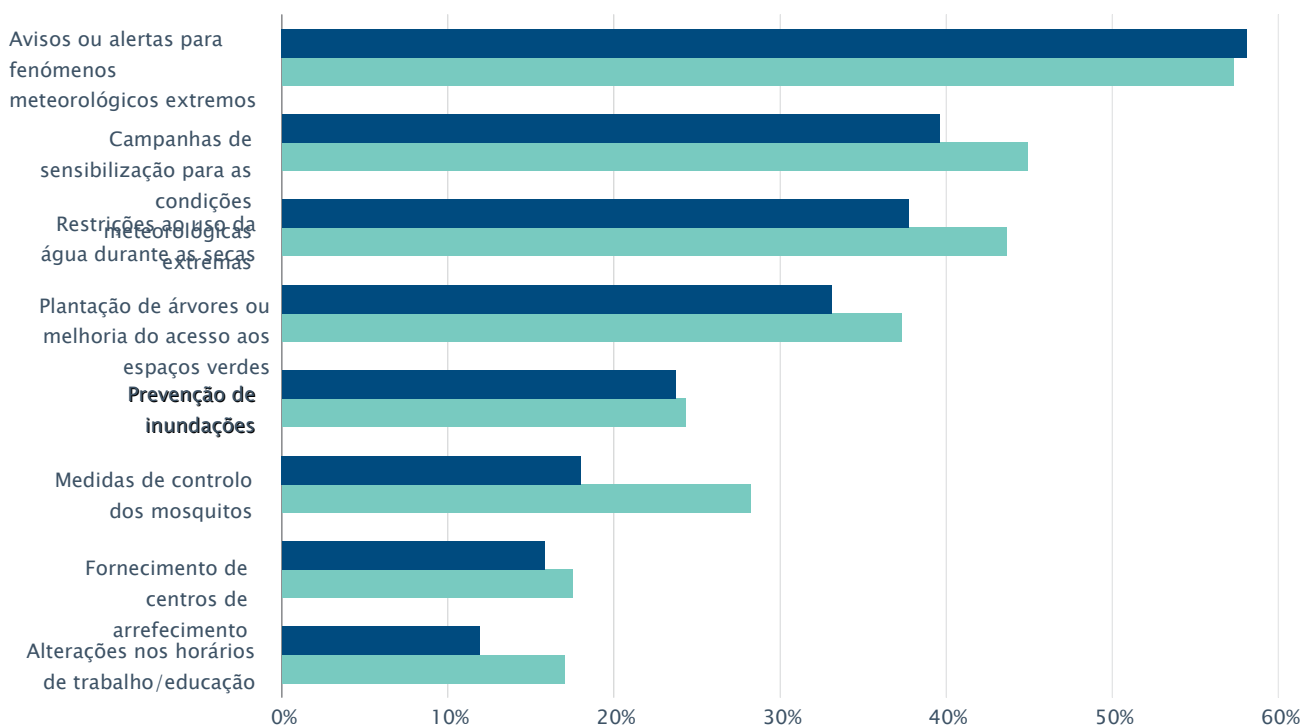


Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025. ■ Família do locatário ■ Agregado familiar do proprietário

árvores/ecologização urbana e restrições ao uso de água (Figura 5.9). Uma percentagem semelhante de proprietários e inquilinos observou medidas como a prevenção de inundações, a disponibilização de centros de arrefecimento e avisos ou alertas para fenómenos meteorológicos extremos.

Figura 5.9 Percentagem de inquiridos que percebem medidas de resiliência climática lideradas pela autoridade na sua área, por tipo de propriedade habitacional

Já viu estas ações acontecerem na sua área?



Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025



Família do locatário



Agregado familiar do proprietário

5.5 Estado de saúde autorreferido

De um modo geral, em comparação com os inquiridos com uma saúde autoavaliada boa ou muito boa, os inquiridos com uma saúde autoavaliada mais fraca tinham maior probabilidade de comunicar ter sofrido impactos climáticos nos últimos cinco anos (figura 5.10) e de manifestar uma grande ou grande preocupação com os impactos climáticos no futuro (figura 5.11).

Figura 5.10 Percentagem de inquiridos que sofreram impactos climáticos na sua área, por estado de saúde autoavaliado

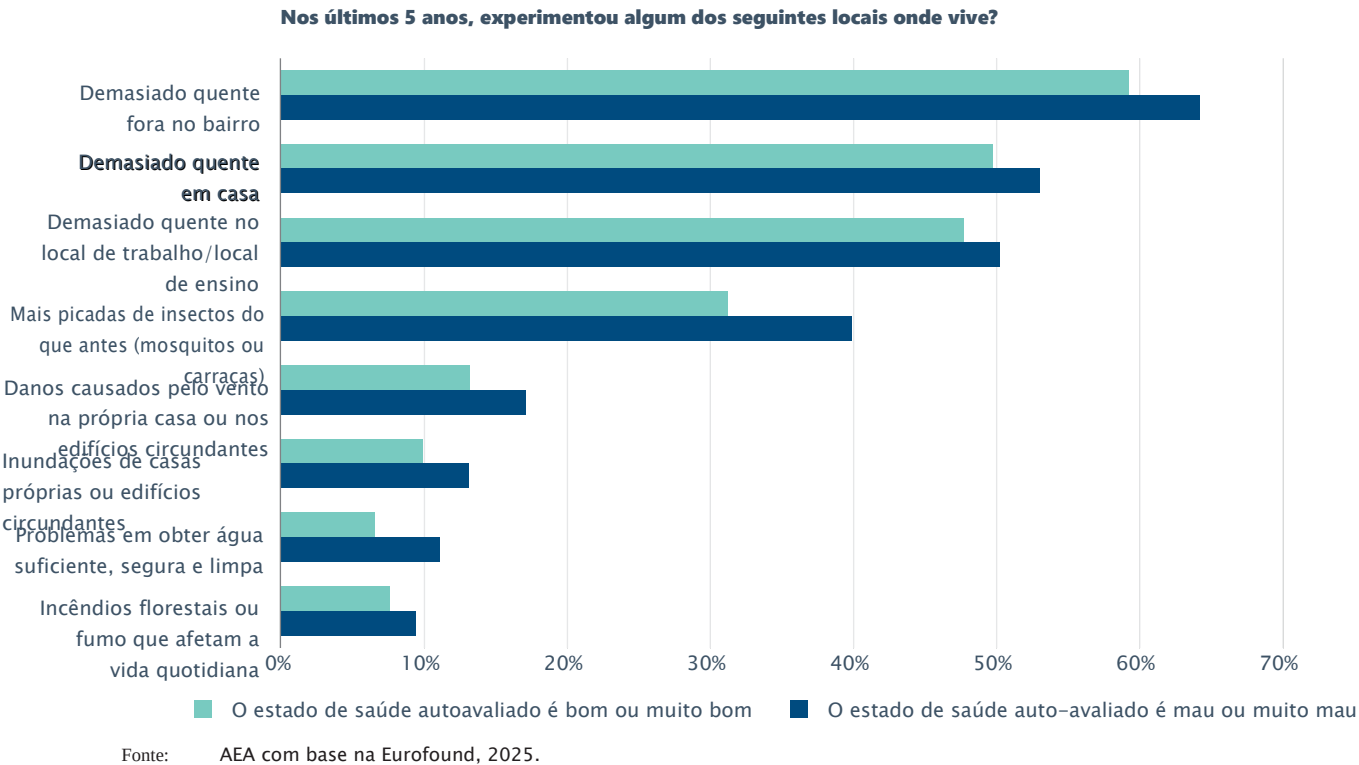
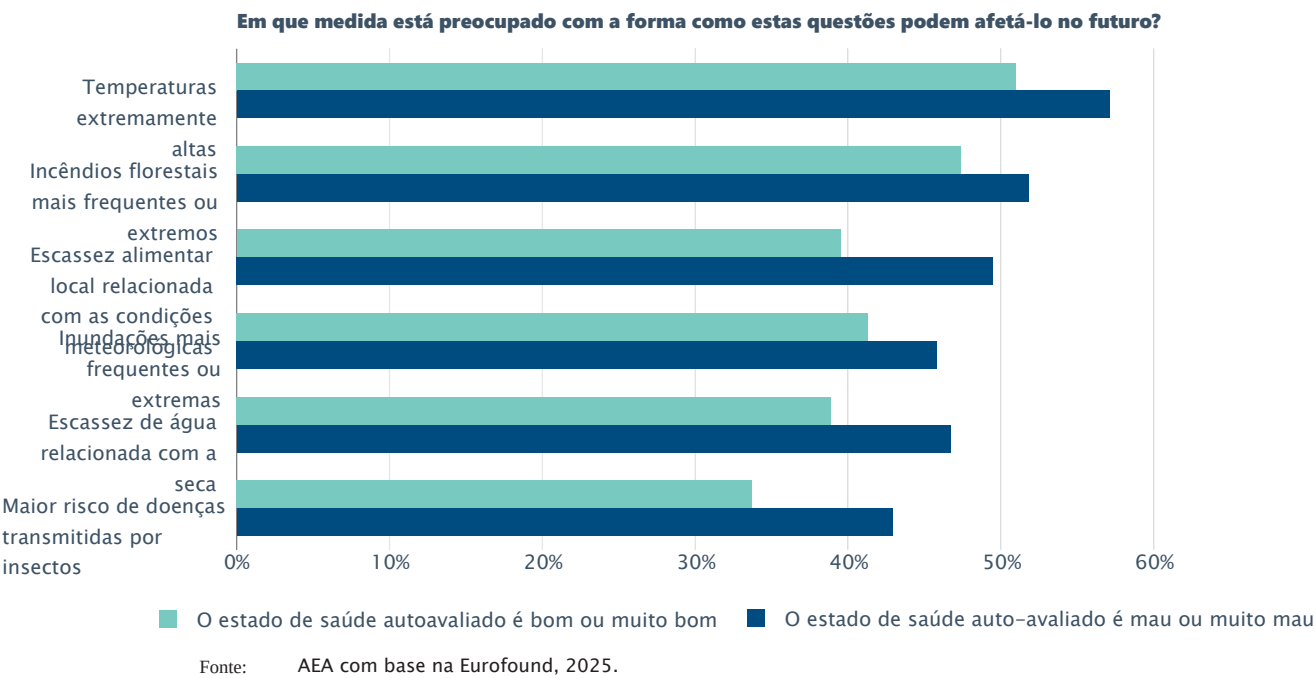


Figura 5.11 Percentagem de inquiridos preocupados com os impactos climáticos futuros, por estado de saúde autoavaliado

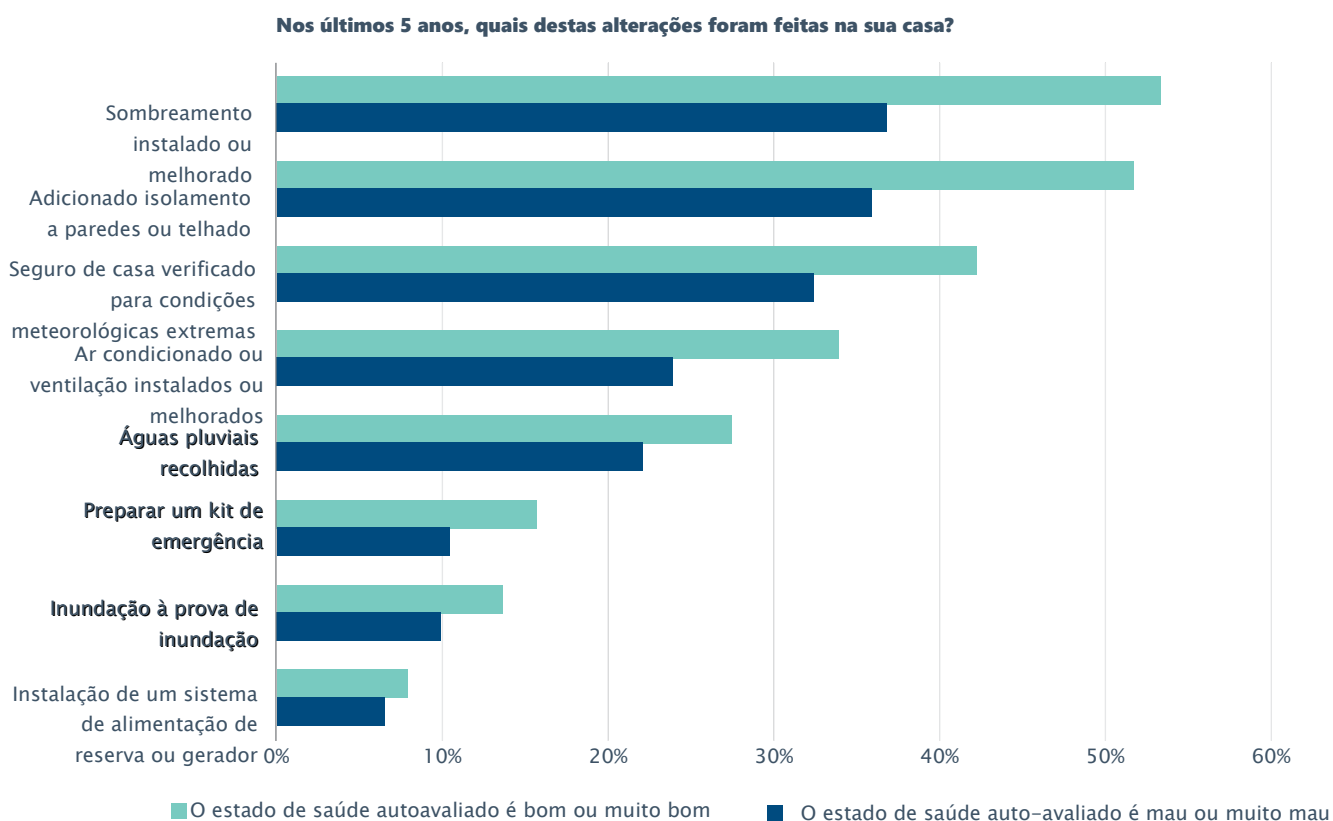


Além disso, uma percentagem mais baixa de inquiridos com um nível de saúde autoavaliado mais baixo referiu ter medidas de resiliência a nível do agregado familiar e perceber medidas lideradas pelas autoridades na sua área (Figura 5.12 e Figura 5.13). As pessoas com problemas de saúde preexistentes estão entre as mais propensas a serem afetadas pelo calor e por outros fenómenos meteorológicos extremos (OMS Europa, 2021; EEE, 2025b). Como tal, ter menos medidas de resiliência climática disponíveis para pessoas com problemas de saúde pode exacerbar os riscos para este grupo.

A falta de saúde pode reduzir a capacidade de uma pessoa para trabalhar e, assim, diminuir a acessibilidade das medidas de resiliência climática a nível doméstico. Uma percentagem duas vezes superior de pessoas com uma autoavaliação de saúde muito má ou má (55,2 %) referiu não ser capaz de manter a sua casa adequadamente fresca no verão, em comparação com as pessoas que avaliaram a sua saúde como muito boa ou boa (27,5 %).

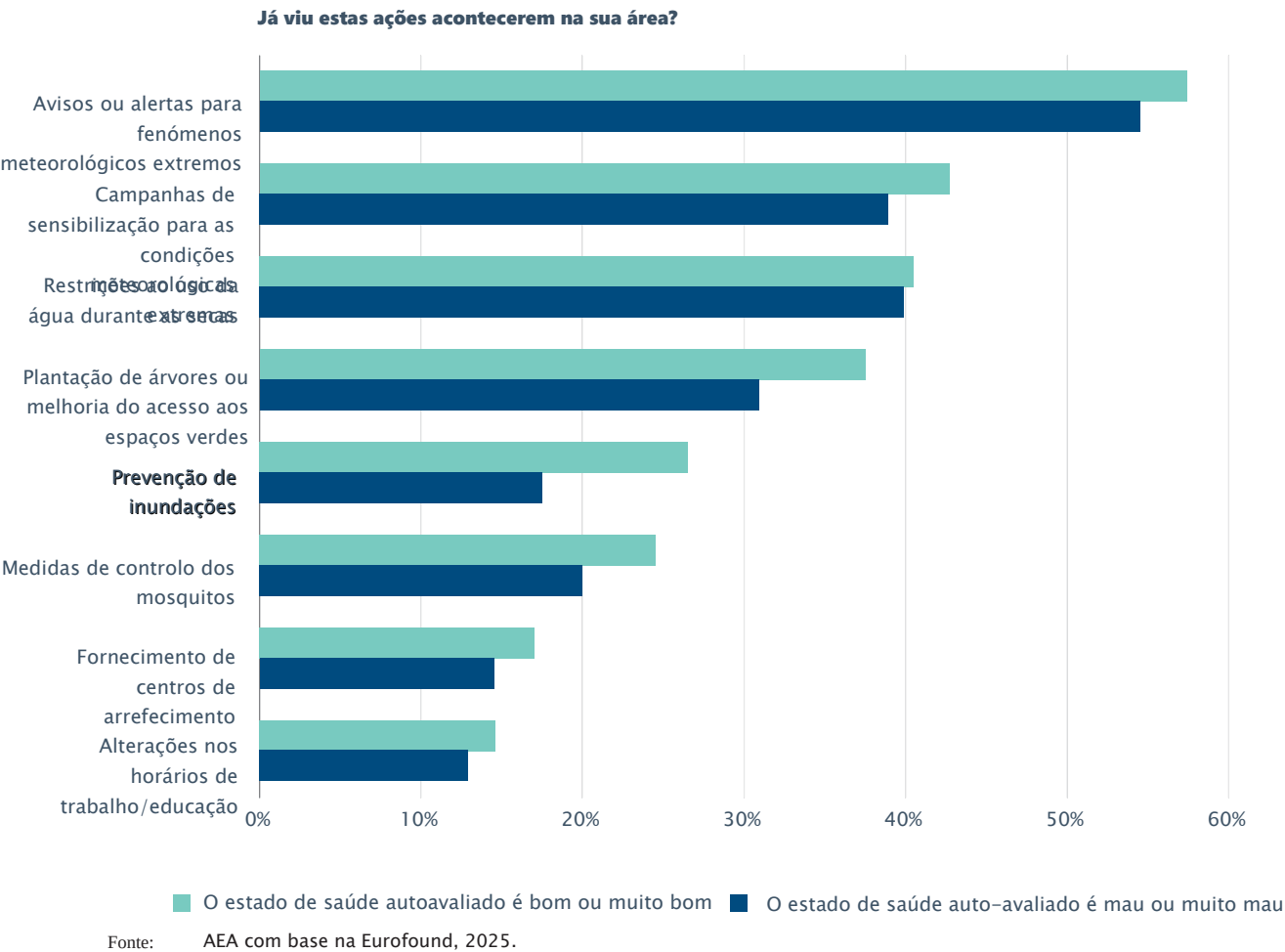
As pessoas com problemas de saúde graves podem estar em casa durante períodos substanciais e podem ser particularmente sensíveis ao calor devido à sua condição ou aos tipos de medicação que estão a tomar (OMS Europa, 2021). É essencial que tenham uma temperatura confortável em casa. No entanto, 54,9% dos que relataram que estavam severamente limitados em suas atividades diárias por problemas físicos ou mentais, doença e incapacidade disseram que não podiam se dar ao luxo de manter sua casa fresca no verão, em comparação com 30,8% dos que relataram que não estavam limitados por tais problemas de saúde. Por conseguinte, é essencial garantir que todos tenham acesso a um arrefecimento sustentável e a preços acessíveis durante os períodos quentes, especialmente tendo em conta o rápido aquecimento do clima.

Figura 5.12 Percentagem de inquiridos que comunicaram medidas de resiliência climática a nível dos agregados familiares, por estado de saúde autoavaliado



Fonte: AEA com base na Eurofound, 2025.

Figura 5.13 Percentagem de inquiridos que comunicaram medidas de resiliência climática lideradas pela autoridade, por estado de saúde autoavaliado

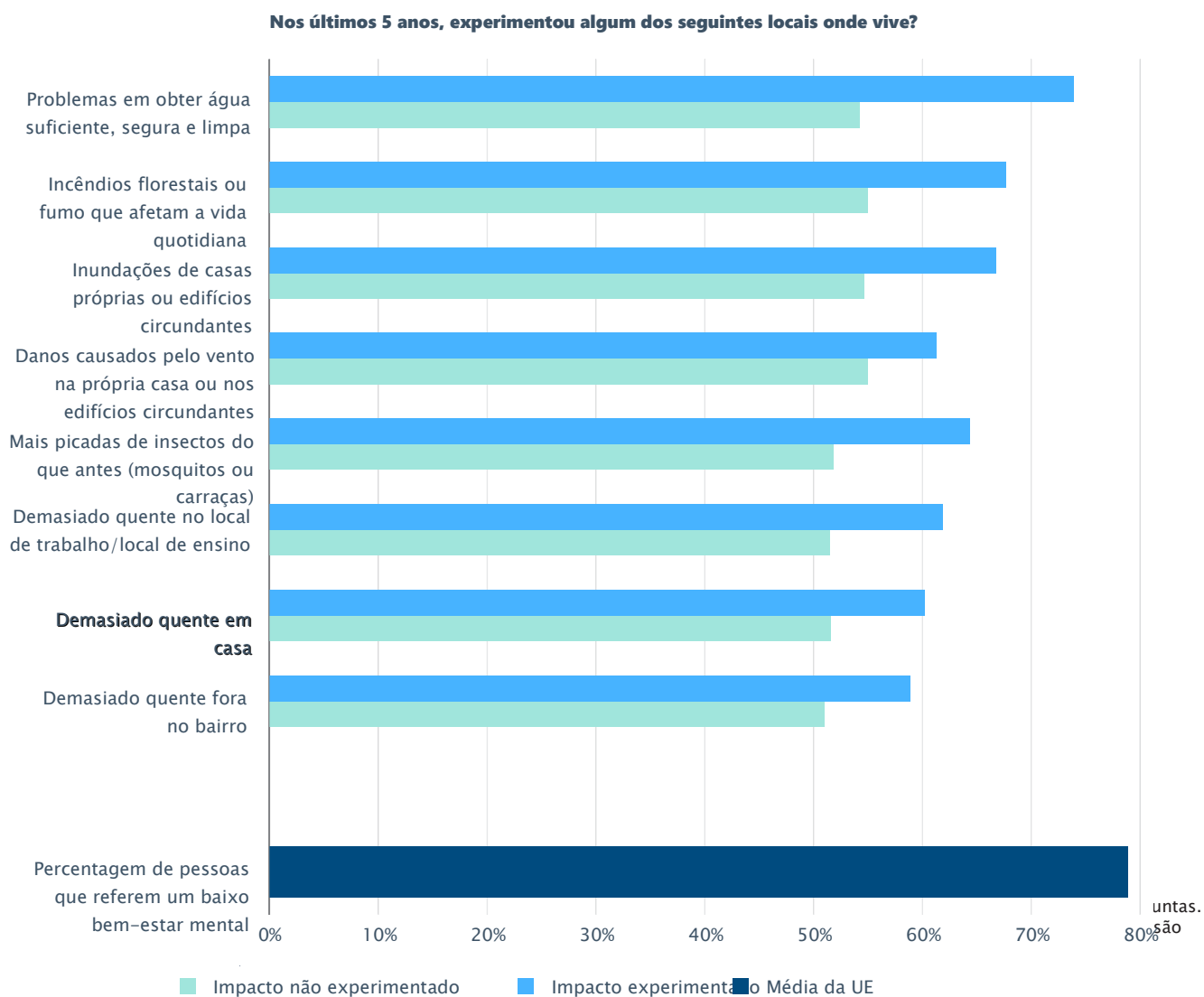


Para medir as interações entre os impactos climáticos e a saúde mental, o inquérito incluiu perguntas do instrumento OMS-5 para medir o bem-estar mental (OMS, 2024) ⁽⁴⁾. Os resultados mostram que os inquiridos com problemas de saúde mental eram mais propensos do que não a ter sofrido impactos das alterações climáticas na sua área nos últimos 5 anos (Figura 5.14). Esta diferença continua a ser estatisticamente significativa no controlo de circunstâncias como o rendimento, o estatuto profissional e o tipo de agregado familiar.

Uma análise estatística adicional (regressão) dos resultados do inquérito indica que ter experimentado três ou mais dos impactos climáticos enumerados nos últimos cinco anos tem uma associação semelhante com o mau bem-estar mental como principais fatores de stress da vida, como o desemprego ou a parentalidade solteira. Estas conclusões vêm juntar-se ao conjunto crescente de provas que associam as alterações climáticas a resultados negativos em matéria de saúde mental (por exemplo, Observatório Europeu do Clima e da Saúde, 2022) e salientam a necessidade de incorporar considerações de saúde mental nas medidas e ações de resiliência às alterações climáticas.

4 A OMS define o mau bem-estar mental quando os entrevistados pontuam abaixo de 50 no questionário da OMS-5, que é composto por cinco perguntas. Isto funciona como uma indicação para a possível presença de uma condição de saúde mental (por exemplo, distúrbio depressivo) (OMS, 2024).

Figura 5.14 Percentagem de inquiridos com fraco bem-estar mental autodeclarado, por experiência dos impactos climáticos na sua área



6 Conclusões e oportunidades de ação

Os resultados do inquérito em linha aqui comunicados mostram que os fenómenos meteorológicos extremos e outros impactos — provocados ou exacerbados pelas alterações climáticas — já foram sentidos pela maioria dos inquiridos. Uma elevada percentagem dos inquiridos mostrou-se preocupada com os futuros impactos climáticos. Essas conclusões estão em consonância com outros inquéritos à escala europeia (BEI, 2024; CE, 2025a). No entanto, o nível atual a que as medidas de resiliência às alterações climáticas estão a ser aplicadas, tal como comunicado pelos inquiridos — tanto a nível dos agregados familiares como nos seus bairros — não corresponde ao nível de intervenção necessário com base na experiência vivida e nas preocupações futuras.

Estas conclusões apoiam a ênfase colocada na resiliência às alterações climáticas na política europeia e apelam a mais esforços de adaptação às alterações climáticas, a par da forte agenda de atenuação das alterações climáticas já em vigor para proteger a prosperidade e o bem-estar da população europeia. As secções seguintes destacam questões que podem ser relevantes para os debates políticos em curso.

6.1 Necessidade de uma ampla aplicação das soluções de adaptação

As conclusões deste inquérito refletem os resultados da EUCRA: a preparação da sociedade continua a ser reduzida, uma vez que a execução das políticas está substancialmente atrasada em relação ao rápido aumento dos níveis de risco (AEA, 2024a). Por conseguinte, é vital transferir os esforços de adaptação em toda a Europa do planeamento para a execução.

De acordo com as perceções dos inquiridos, as medidas de resiliência «não baseadas em infraestruturas» atualmente aplicadas pelas autoridades públicas — alertas precoces e alertas, campanhas de sensibilização e restrições ao uso da água durante as secas — são as mais frequentemente observadas de todas as medidas enumeradas no inquérito.

Embora essas ações sejam certamente necessárias e eficazes, é também essencial intensificar os esforços que contribuem para a prevenção dos impactos climáticos (ver quadro 1.1). É necessária uma ampla aplicação de medidas infraestruturais de adaptação às alterações climáticas, como soluções baseadas na natureza (por exemplo, ecologização urbana) e a gestão das águas pluviais.

Ações como estas são geralmente da competência dos órgãos de poder infranacional ou local, mas a grande maioria dos governos locais carece de fundos para executar planos de adaptação (Venner et al., 2025). Como tal, é importante assegurar que o financiamento da adaptação esteja disponível a nível local.

Os inquiridos que vivem fora das cidades eram menos propensos a relatar ter visto medidas de adaptação implementadas na sua área. Embora muitas grandes cidades tenham sido campeãs de ações de adaptação na Europa nas últimas décadas (AEA, 2024b), é também essencial desenvolver esforços de adaptação nos municípios de menor dimensão e nas zonas rurais.

De acordo com um estudo recente, as cidades, em comparação com as grandes cidades, referem mais frequentemente falta de apoio político, deficiências na capacidade do pessoal para identificar oportunidades de financiamento e dificuldades em satisfazer as condições e os requisitos de várias fontes de financiamento da adaptação, nomeadamente das instituições e programas da UE. Por conseguinte, dispõem de menos financiamento disponível para ações e processos de adaptação às alterações climáticas (Venner et al., 2025). Por conseguinte, é importante reforçar o apoio a nível local enquanto «pedra angular da adaptação» (CE, 2021). A plataforma europeia de adaptação às alterações climáticas, Climate-ADAPT, fornece informações sobre várias [opções de adaptação às](#) alterações climáticas e apresenta [estudos de caso](#) sobre a sua aplicação.

6.2 Combater o calor como o risco mais generalizado para a saúde e o bem-estar

A EUCRA (AEA, 2024a) identifica o calor como um risco crítico para a saúde humana. A elevada percentagem de inquiridos neste inquérito que se depararam com situações de calor excessivo exige medidas urgentes para resolver o problema. Em especial, é fundamental combater as temperaturas elevadas nas casas das pessoas, a fim de evitar a mortalidade e os problemas de saúde causados pelas temperaturas elevadas em cada verão (Janoš et al., 2025). Tal pode ser feito integrando medidas de adaptação às alterações climáticas e estratégias de atenuação nas normas e práticas de construção, sob a forma de especificações técnicas, códigos e medidas de segurança (JRC, 2025).

É necessário disponibilizar sistemas de arrefecimento sustentáveis a todos os cidadãos, a preços acessíveis, numa Europa em rápido aquecimento. Quase dois terços dos entrevistados menos ricos neste inquérito relataram ser incapazes de manter a sua casa adequadamente fresca no verão. Tal sublinha a necessidade urgente de assegurar que o arrefecimento seja acessível para os grupos com rendimentos mais baixos. Os principais elementos de uma estratégia de arrefecimento sustentável incluem:

- promover o arrefecimento urbano;
- dar prioridade ao investimento em técnicas de arrefecimento passivo;
- utilização racional e moderada de sistemas de arrefecimento activo;
- desenvolvimento de sistemas de arrefecimento de baixa energia adaptados a futuros climas mais quentes (AEA, 2022c).

6.3 Incentivar a resiliência a nível das famílias

Aumentar a disponibilidade e a acessibilidade dos preços das medidas a nível dos agregados familiares, como complemento das ações lideradas pelas autoridades, é outro domínio que os decisores políticos poderiam explorar mais para melhorar a resiliência da sociedade europeia às alterações climáticas. De acordo com o BEI (2024), 71 % dos europeus sentem-se informados sobre o que podem fazer para adaptar eficazmente as suas casas e estilos de vida. No entanto, a maioria (60 %) não tem conhecimento de subvenções públicas ou incentivos financeiros para apoiar os seus esforços — quer devido à indisponibilidade desses incentivos, quer devido à má distribuição das informações sobre os mesmos.

No inquérito, os arrendatários — atualmente 31 % da população da UE (Eurostat, 2024) — emergiram como um grupo menos preparado em comparação com os proprietários de imóveis. Assim, os inquilinos, tanto na habitação privada como na social, devem ser tidos em conta nas ações destinadas a adaptar as habitações das pessoas. Exemplos de ações pertinentes seriam subvenções, subvenções ou empréstimos parciais ou totais para apoiar os proprietários e inquilinos a investir em medidas de resiliência às alterações climáticas (AEA, 2025b).

6.4 Proteção dos grupos vulneráveis

Para além dos grupos de baixos rendimentos e dos inquilinos, os resultados do inquérito apontam para a importância de ter em conta outros grupos vulneráveis nas ações de adaptação. Em especial, o bem-estar dos jovens está em jogo, uma vez que estes viverão num contexto de alterações climáticas sem precedentes. Estudos anteriores revelam que muitos jovens sofrem de ansiedade climática (Hickman et al., 2021), o que é corroborado pela elevada percentagem de jovens inquiridos neste inquérito (16-29 anos) que estão preocupados com os impactos climáticos futuros.

Uma elevada percentagem de inquiridos com problemas de saúde autoavaliados declarou ter sofrido impactos climáticos combinados com menos medidas de resiliência a nível dos agregados familiares. Tal indica a necessidade de colocar a tónica na proteção da saúde das pessoas contra os impactos climáticos, incluindo o bem-estar das pessoas com problemas de saúde preexistentes.

Especificamente no que diz respeito à saúde mental no contexto das alterações climáticas, os resultados do inquérito sugerem uma ligação entre a experiência de múltiplos fenómenos meteorológicos extremos e a má saúde mental. Tal exige que as

estratégias específicas em matéria de saúde mental sejam integradas em políticas e ações relevantes para a adaptação às alterações climáticas e a saúde em muito maior medida do que têm sido até à data (cf. Observatório Europeu do Clima e da Saúde, 2022; Stewart-Ruano et al., 2025).

Sem uma ação urgente para proteger os cidadãos mais vulneráveis da UE, é provável que os impactos climáticos agravem ainda mais a saúde das pessoas. Tanto os intervenientes da sociedade civil como alguns Estados-Membros da UE apelaram recentemente à Estratégia Europeia para o Clima e a Saúde (EuroHealthNet, 2025; Conselho da União Europeia, 2025). Tal sublinha a necessidade de agir e a importância da UE enquanto organismo de coordenação em matéria de clima e saúde.

Em conclusão, é necessário intensificar os esforços a nível europeu, nacional e infranacional para aumentar ainda mais a resiliência dos agregados familiares e das autoridades, a fim de acompanhar o ritmo das alterações climáticas. Para tal, é necessária uma ação sistémica em vários setores, desde a habitação e o ambiente construído, passando pelas finanças e os seguros, até à saúde pública.

Abreviaturas

EEE	Agência Europeia do Ambiente
BEI	Banco Europeu de Investimento
EUCRA	Avaliação europeia dos riscos climáticos
UE	União Europeia
Eurofound	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

Referências

- Conselho da União Europeia, 2025, 'AOB para a reunião do Conselho EPSCO (Saúde) de 2 de dezembro de 2025: Estratégia da UE para o Clima e a Saúde» (<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-15753-2025-INIT/en/pdf#:~:text=LIFE.5-,EN,a%20low-carbon%20economy.2>) acessado em 11 de dezembro de 2025.
- Diakakis, M., et al., 2022, 'Public Perceptions of Flood and Extreme Weather Early Warnings in Greece', *Sustainability*, 14 (16), p. 10199 (<https://doi.org/10.3390/su141610199>).
- CE, 2021, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Criar uma Europa resiliente às alterações climáticas — a nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas (COM/2021/82 final) (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2021:82:FIN>), consultada em 11 de dezembro de 2025.
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, de 2024, intitulada «Gerir os riscos climáticos — proteger as pessoas e a prosperidade» [COM(2024) 91 final] (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52024DC0091>), consultada em 11 de dezembro de 2025.
- CE, 2025a, 'Eurobarómetro Especial 565. Climate change' (<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3472>) consultado em 11 de dezembro de 2025.
- CE, 2025a, Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Estratégia da União Europeia de Preparação (JOIN(2025) 130 final) (<https://webgate.ec.europa.eu/circabc-ewpp/d/d/workspace/SpacesStore/b81316ab-a513-49a1-b520-b6a6e0de6986/download>) consultada em 11 de dezembro de 2025.
- CE, 2025b, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Introdução do plano de prevenção, preparação e resposta da União a crises sanitárias [COM(2025) 745 final] (https://health.ec.europa.eu/document/download/30e8929a-3644-4049-a75f-9158345884c9_pt?filename=security_com_2025-745_act_pt.pdf), consultada em 11 de dezembro de 2025.
- ECDC, 2021, *Organisation of vector surveillance and control in Europe* (não traduzido para português) (<https://www.ecdc.europa.eu/pt/publications-data/organisation-vector-surveillance-and-control-europe>), consultado em 19 de dezembro de 2025.
- ECDC, 2023, 'grupo *Culex pipiens* — distribuição atualmente conhecida: Outubro de 2023' (<https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/culex-pipiens-group-current-known-distribution-october-2023>), consultado em 11 de dezembro de 2025.
- ECDC, 2025, 'mosquitos invasores *Aedes* — distribuição atual conhecida: junho de 2025' (<https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/aedes-invasive-mosquitoes-current-known-distribution-june-2025>), consultado em 11 de dezembro de 2025.
- AEA, 2017, *Climate change adaptation and disaster risk reduction in Europe*, Relatório n.º 15/2017 da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/climate-change-adaptation-and-disaster>), consultado em 11 de dezembro de 2025.
- AEA, 2020, *Urban adaptation in Europe: How cities and cities respond to climate change* (não traduzido para português), relatório n.º 12/2020 da AEA (<https://www.eea.europa.eu/publications/urban-adaptation-in-europe>), consultado em 11 de dezembro de 2025.
- AEA, 2022a, *Climate change as a threat to health and well-being in Europe: enfoque no calor e nas doenças infecciosas*, Relatório n.º 7/2022 da AEA (<https://www.eea.europa.eu/publications/climate-change-impacts-on-health>) consultado em 11 de dezembro de 2025.

AEA, 2022b, *Towards 'just resilience': não deixar ninguém para trás na adaptação às alterações climáticas*, briefing da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/towards-just-resilience-leaving-no-one-behind-when-adapting-to-climate-change>) consultado em 11 de dezembro de 2025.

AEA, 2022c, «Cooling buildings sustainably in Europe: explorar as ligações entre a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas e os seus impactos sociais», briefing da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/cooling-buildings-sustainably-in-europe-exploring-the-links-between-climate-change-mitigation-and-adaptation-and-their-social-impacts>), consultado em 11 de dezembro de 2025.

AEA, 2024a, *European Climate Risk Assessment*, Relatório n.º 01/2024 da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/european-climate-risk-assessment>), consultado em 11 de dezembro de 2025.

AEA, 2024b, *Urban adaptation in Europe: what works?*, Relatório n.º 14/2023 da AEA (<https://www.eea.europa.eu/publications/urban-adaptation-in-europe-what-works>), consultado em 11 de dezembro de 2025.

AEA, 2024c, *The impacts of heat on health: Vigilância e preparação na Europa*, briefing da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/the-impacts-of-heat-on-health>) consultado em 11 de dezembro de 2025.

AEA, 2025a, *From adaptation planning to action: Insights into progress and challenges across Europe*, briefing da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/from-adaptation-planning-to-action>), consultado em 11 de dezembro de 2025.

AEA, 2025b, «Social fairness in preparing for climate change: How just resilience can benefit communities across Europe (não traduzido para português), relatório n.º 04/2025 da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/social-fairness-in-preparing-for-climate-change-how-resilience-can-benefit-communities-across-europe>), consultado em 12 de dezembro de 2025.

EEA, 2025c, 'Economic losses from weather- and climate-related extremes in Europe', EEA Indicator (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/indicators/economic-losses-from-climate->) consultado em 12 de dezembro de 2025.

AEA, 2025d, 'Área e população afetadas durante, pelo menos, um quarto do ano pelas condições de escassez de água na UE, medidas pelo índice de exploração da água plus', gráfico da AEA (<https://www.eea.europa.eu/en/analysis/indicators/use-of-freshwater-resources-in-europe-1-1764323013/area-and-population-affected-during?activeTab=265e2bee-7de3-46e8-b6ee-76005f3f434f>) acedido em 12 de dezembro de 2025.

BEI, 2024, '94 % dos europeus apoiam medidas de adaptação às alterações climáticas, de acordo com o inquérito do BEI' (<https://www.eib.org/en/press/all/2024-406-94-of-europeans-support-measures-to-adapt-to-climate-change-according-to-eib-survey>), consultado em 12 de dezembro de 2025.

Eurofound, 2024, 'WHO-5 average scores and proportions of people at risk of depression by age group, EU27, 2020–2023' (<https://www.eurofound.europa.eu/en/surveys-and-data/data-catalogue/who-5-average-scores-and-proportions-people-risk-depression-age-eu27-2020-2023>), consultado em 12 de dezembro de 2025.

Eurofound, 2025, *Living and Working in the EU e-survey* (<https://www.eurofound.europa.eu/en/surveys-and-data/surveys/living-and-working-in-the-eu-e-survey>) consultado em 12 de dezembro de 2025.

EuroHealthNet, 2025, «An urgent call for an EU Strategy on Climate and Health», comunicado de imprensa (<https://eurohealthnet.eu/publication/an-urgent-call-for-an-eu-strategy-on-climate-and-health/>), consultado em 12 de dezembro de 2025.

Observatório Europeu do Clima e da Saúde, 2022, *Climate change and health: Panorâmica das políticas nacionais na Europa* (<https://climate-adapt.eea.europa.eu/en/observatory/policy/national-policies/status-national-policies>) consultada em 19 de dezembro de 2025.

- Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma, 2024, *The dashboard on insurance protection gap for natural disasters in a nutshell* (https://www.eiopa.europa.eu/document/download/bbdc653b-e335-41f0-8293-0d8280a09855_en?filename=EIOPA-BoS-24-473_Dashboard%20on%20insurance%20protection%20gap%20for%20natural%20catastrophes%20in%20a%20nutshell%20-%202024%20version.pdf), consultado em 12 de dezembro de 2025.
- Parlamento Europeu, 2024, *Instrumentos políticos para combater as desigualdades sociais relacionadas com as alterações climáticas: estudo em destaque* ([https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_STU\(2023\)740081](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/IPOL_STU(2023)740081)), consultado em 12 de dezembro de 2025.
- Eurostat, 2023, «EU statistics on income and living conditions», Microdata (<https://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>), consultado em 11 de dezembro de 2025.
- Eurostat, 2024, *Housing in Europe — 2024 edition* (<https://ec.europa.eu/eurostat/web/interactive-publications/housing-2024>), consultado em 12 de dezembro de 2025.
- Hickman, C., et al., 2021, «Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey», *The Lancet Planetary Health*, 5(12) E863-E873 ([https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00278-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3)).
- Janoš, T., et al., 2025, «Heat-related mortality in Europe during 2024 and health emergency forecasting to reduce preventable deaths» (não traduzido para português), *Nature Medicine* (<https://doi.org/10.1038/s41591-025-03954-7>).
- JRC, 2017, *Overcoming the split incentive barriers in the building sector: Unlocking the energy efficiency potential in the rental & multifamily sectors* (não traduzido para português), relatório técnico do JRC n.º JRC101251 (<https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC101251>), consultado em 12 de dezembro de 2025.
- JRC, 2025, «Climate change adaptation: Standards and strategies for the built environment (não traduzido para português)» (<https://eurocodes.jrc.ec.europa.eu/news/climate-change-adaptation-standards-and-strategies-built-environment>), consultado em 12 de dezembro de 2025.
- Martinez, G., et al., 2025, «People-centered cooling: Protecting health against hazardous heat, from the person to the planet», *International Journal of Biometeorology*, 69, pp. 2141-2156 (<https://doi.org/10.1007/s00484-025-02952-1>).
- Stewart-Ruano, A., et al., 2025, «A Critical Gap in Addressing Mental Health in Heat-Health Action Plans Worldwide», *Current Environmental Health Reports*, 12(23) (<https://doi.org/10.1007/s40572-025-00486-7>).
- Tesselaar, M., et al., 2020, «Regional inequalities in flood insurance affordability and uptake under climate change», *Sustainability*, 12(20), 8734 (<https://doi.org/10.3390/su12208734>).
- Titko, M., et al., 2021, «Population Preparedness for Disasters and Extreme Weather Events as a Predictor of Building a Resilient Society: The Slovak Republic», *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18 (5), p. 2311 (<https://doi.org/10.3390/ijerph18052311>).
- van Daalen, K., et al., 2024, 'The 2024 Europe Report of the Lancet Countdown on Health and Climate Change: o aquecimento sem precedentes exige uma ação sem precedentes», *The Lancet Public Health*, 9 (7) pp. e495-522 ([https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(24\)00055-0](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00055-0)).
- Venner, K., et al., 2025, 'Quem lidera, quem fica para trás? «Inter-urban inequities in European climate adaptation funding and financing», *Environmental Research letters*, 20 (7), p. 074061 (<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/adde71>).
- OMS, 2024, *The World Health Organization-Five Well-Being Index (WHO-5)* (<https://www.who.int/publications/m/item/WHO-UCN-MSD-MHE-2024.01>), consultado em 12 de dezembro de 2025.

OMS Europa, 2021, *Heat and health in the WHO European region: dados atualizados para uma prevenção eficaz* (<https://www.who.int/europe/publications/item/9789289055406>), consultados em 12 de dezembro de 2025.

Atribuição meteorológica mundial, 2024, 'Alterações climáticas e exposição elevada aumentaram os custos e as perturbações nas vidas e nos meios de subsistência decorrentes das inundações associadas a chuvas excepcionalmente fortes na Europa Central' (<https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-and-high-exposure-increased-cost-and-disruption-to-lives-and-livelihoods-from-flooding-associated-with-exceptionally-heavy-rainfall-in-central-europe/>), acessível em 12 de dezembro de 2025.

Zhang, L., et al., 2025, 'Housing and household vulnerabilities to summer overheating: A latent classification for England', *Energy Research & Social Science*, 125, p. 104126 (<https://doi.org/10.1016/j.erss.2025.104126>).

Anexo 1 – Inquérito eletrónico «Viver e trabalhar na UE 2025» – questões analisadas no relatório

Nos últimos 5 anos, experimentou algum dos seguintes locais onde vive?

- Demasiado quente em sua casa
- Demasiado quente no seu local de trabalho/local de ensino
- Demasiado quente quando está fora no seu bairro
- A sua casa ou outros edifícios à sua volta estão a ser inundados
- A sua casa ou outros edifícios à sua volta estão a ser danificados pelo vento
- Incêndios florestais ou o seu fumo que afetam a sua vida quotidiana
- Mais picadas de insectos do que antes (mosquitos ou carraças)
- Problemas em obter água potável e segura em quantidade suficiente

Opções de resposta: Sim; Não; Não sei. Prefiro não responder

Em que medida está preocupado com a forma como estas questões podem afetá-lo no futuro?

- Temperaturas extremamente elevadas que perturbam a vida quotidiana e o bem-estar
- Inundações mais frequentes ou mais extremas
- Incêndios florestais mais frequentes ou mais extremos
- Maior probabilidade de contrair doenças de mosquitos ou picadas de carrapatos
- Redução do acesso a água potável para uso diário devido a secas
- Redução do acesso a alimentos locais e sazonais devido às condições meteorológicas que afetam as culturas

Opções de resposta: Muito preocupado; Muito preocupado; Moderadamente preocupado; Ligeiramente preocupado; Não está de modo algum em causa; Não sei. Prefiro não responder

Nos últimos 5 anos, quais destas alterações foram feitas na sua casa?

- Adicionado isolamento às paredes ou ao telhado
- Ar condicionado ou ventilação instalados ou melhorados
- Sombreamento instalado ou melhorado
- À prova de inundações (por exemplo, melhoria da drenagem, barreiras contra inundações)
- Águas pluviais recolhidas para utilização em casa/jardim
- Instalou um sistema de alimentação de reserva ou gerador
- Preparar um kit de emergência
- Garantia de um seguro de habitação que cubra os fenómenos meteorológicos extremos

Opções de resposta: Sim, nos últimos 5 anos; Já em vigor (incluindo funcionalidades em novas construções); Não, não existe; Não sei. Prefiro não responder

Já viu estas ações acontecerem na sua área?

- Avisos ou alertas para ondas de calor ou outros fenómenos meteorológicos extremos (através de mensagens de texto para o telemóvel, chamadas telefónicas, nos meios de comunicação social)
 - Campanhas de sensibilização sobre os riscos e as medidas a tomar em caso de condições meteorológicas extremas
 - plantação de mais árvores ou melhoria do acesso a espaços verdes (por exemplo, parques)
 - Fornecimento de centros de arrefecimento (ou seja, edifícios públicos com ar condicionado)
 - Alterações nos horários de trabalho/educação para evitar atividades nas horas ou dias mais quentes
 - Prevenção de inundações (por exemplo, diques ou lagoas para águas pluviais)
 - Restrições ao uso da água durante as secas
 - Medidas de controlo dos mosquitos (por exemplo, pulverização/fumigação)
- Opções de resposta: Sim; Não; Não sei. Prefiro não responder

A sua família pode pagar o seguinte?

- Manter a casa adequadamente arrefecida no verão

Opções de resposta: Sim; Não; Não sei. Prefiro não responder

Agência Europeia do Ambiente, Eurofound

Sobreaquecido e mal preparado: Experiências dos europeus de viver com as alterações climáticas

2026 — 48 pp. — 21 x 29,7 cm

ISBN: 978-92-9480-755-7

doi: 10.2800/6087030

Relatório n.o 01/2026 da AEA

Entrar em contacto com a UE

Em pessoa

Em toda a União Europeia existem centenas de centros de informação Europe Direct. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em: https://european-union.europa.eu/contact-eu_en

Pelo telefone ou pelo e-mail

O Europe Direct é um serviço que responde às suas perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço: por telefone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (certos operadores podem cobrar por estas chamadas) ou através do seguinte número normalizado: +32 22 99 96 96 ou por correio eletrónico através do seguinte endereço: https://european-union.europa.eu/contact-eu_en

Encontrar informações sobre a UE

Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais da UE no sítio Europa: https://european-union.europa.eu/index_en

Publicações da UE

Pode descarregar ou encomendar publicações da UE gratuitas e pagas em: <https://op.europa.eu/pt/web/general-publications/publications> (não traduzido para português).

Podem ser obtidas várias cópias de publicações gratuitas contactando o Europe Direct ou o seu centro de informação local (ver https://european-union.europa.eu/contact-eu_en).